



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 021

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 3, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 2, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, na íntegra, o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1983 (nº 1.707-C/83, na origem), que “altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, o valor das pensões e dá outras providências”.

Relator: Senador Passos Pôrto

Com a Mensagem nº 485, firmada a 19 de dezembro de 1983, o Senhor Presidente da República comunica e submete ao Congresso Nacional o **veto total** ao Projeto de Lei da Câmara nº 117/83, que altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, o valor das pensões e dá outras providências.

Os autógrafos do Projeto foram encaminhados à Presidência da República a 5 de dezembro de 1983; o veto foi assinado a 19 de dezembro do mesmo ano e o ofício do seu encaminhamento foi protocolado, na Secretaria do Senado Federal, a 8 de março do corrente ano.

Cumpriram-se, pois, todos os prazos exigidos pela Constituição Federal.

O Projeto vetado, como é do conhecimento de todos os Senhores Congressistas que o votaram, é composto de nove artigos, sendo que o seu artigo 1º altera os artigos 20, 28, 35, 37 e 38 da Lei nº 7.087/82.

Nas razões do veto, argumentou o Senhor Presidente da República:

“Não obstante os argumentos que embasam a proposição, que se pretende introduzir na Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, acarretariam, se acolhidas, significativo ônus para o Orçamento da União, o que torna o projeto flagrantemente inconstitucional, em face da preceituação do artigo 57,

itens I e II, quanto à iniciativa das leis que disponham sobre a matéria financeira ou impliquem aumento da despesa pública, bem assim do parágrafo único do artigo 165, que veda a extensão de benefícios previdenciários sem a correspondente fonte de custeio.”

Este, o relatório

Com as informações prestadas, estamos persuadidos de que os Senhores Congressistas, sempre correspondendo aos interesses públicos que todos preservamos neste Poder Legislativo, estarão habilitados a decidir sobre o veto presidencial ao Projeto examinado.

Sala das Comissões, 4 de abril de 1984. — Deputado **Francisco Amaral**, Presidente — Senador **Passos Pôrto**, Relator — Senador **Jutahy Magalhães** — Deputado **Nilson Gibson** — Deputado **Ary Kffuri**.

RELATÓRIO Nº 4, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 6, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1977, que “dá nova redação ao artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Relator: Deputado Nilson Gibson

Pela Mensagem nº 489, do Senhor Presidente da República, assinada a 20 de dezembro de 1983, encaminhase à apreciação do Congresso Nacional o veto ao Projeto cuja ementa vai definida na epígrafe.

O projeto aprovado foi enviado à Presidência da República a 5 de dezembro de 1983 — derradeiro dia, pois, na Sessão Legislativa anterior — e vetado no dia 20 do mesmo mês. A Mensagem presidencial foi protocolada, na Secretaria do Senado Federal, a 14 de março do corrente ano.

Cumpriram-se, pois, todos os prazos preceituados pela Constituição.

Fundamentado o veto total ao PLS nº 60/77, argumentou o Senhor Presidente da República:

“A inovação do projeto consiste na inclusão do delegado sindical como destinatário das prerrogativas reservadas aos representantes das entidades de classe eleitos para cargos de administração sindical ou representação profissional.

O instituto da estabilidade provisória destina-se a oferecer proteção ao trabalhador sindicalizado eleito por seus colegas de categoria para representá-los nas entidades laborais legitimamente constituídas. Esta escolha se efetiva por intermédio de processo eleitoral legítimo devidamente regulamentado. O mesmo não ocorre com o delegado sindical, mero preposto da diretoria para a execução de afazeres ou atribuições secundários em períodos não coincidentes com a sua jornada normal de trabalho.

Além de não significar aprimoramento da legislação trabalhista, a modificação poderia redundar em equívoco de técnica legislativa ao ensejar o entendimento de que o delegado sindical terá encargos de direção das delegacias ou setores mediante eleição o que, inevitavelmente, conflitaria com os dispositivos do artigo 523 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Com o objetivo de estabelecer, sobremaneira, o equilíbrio dos titulares do contrato de trabalho, o direito laboral não pode incorporar — sob pena de grave lesão ao interesse público — dispositivos que possam propiciar abusos e atentar contra a paz social.”

Este relatório que, segundo penso, habilita os nobres Senhores Congressistas a decidirem sobre o veto do Senhor Presidente da República ao projeto **sub judice**, inspirados, como sempre, nos interesses que melhor atendam ao nosso País.

Sala das Comissões, 3 de abril de 1984. — Senador **Enéas Faria**, Presidente — Deputado **Nilson Gibson**, Relator — Senador **Jutahy Magalhães** — Deputado **José Carlos Vasconcelos** — Senador **Helvídio Nunes**.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 39ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Excesso que teria havido no aparato militar da Guarda de Honra formada em homenagem ao Rei e à Rainha da Suécia, recebidos pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Morosidade que estaria ocorrendo na tramitação do Decreto-lei nº 2.087, a ser apreciado pelo Congresso Nacional.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Esclarecimentos ao Plenário sobre o tema tratado pelo Sr. Deputado Jorge Uequed.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — *Carta de Brasília*, lançada por ocasião do 40º Encontro dos dirigentes que fazem a indústria da Construção civil, que retrata a crise nacional, suas causas e soluções.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Posição de S. Exª em relação ao tema tratado pelo Sr. Deputado João Gilberto na presente sessão. Carta da Federação das Associações de Servidores de Universidades Brasileiras, endereçada à Srª Ministra da Educação, reivindicando melhores salários.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Defesa da rejeição do Decreto-lei nº 2.087.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Movimento popular em todo o País a favor das eleições diretas para Presidente da República. Movimento que estaria sendo articulado, contra a transmissão, pela TV Globo, da sessão conjunta de 25 do corrente, quando será apreciada a proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO SERGIO LOMBA — Considerações sobre o excesso de medidas de segurança que teria havido na sessão conjunta destinada a receber o Rei e à Rainha da Suécia. Cerco financeiro exercido pelo Governo Federal ao Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO RENATO VIANA — Colocações sobre pedidos de concordata feitos por empresas que menciona.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Excesso de personalismo por parte dos políticos, no atual momento brasileiro.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Pedido formal feito ao Itamaraty, pelo Sr. Antonio Icaza, Embaixador do México no Brasil, de extradição para aquele País, do General Arturo Durazo Moreno.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Recebimento, por S. Exª, de documento da CONCLAT e da CONTAG, de defesa de eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Clima de coação que paira sobre o Congresso Nacional.

DEPUTADO LUIZ GUEDES — Denúncia de desenvolvimento de manobras e pressões contra a adoção, pelo Congresso Nacional, do processo de eleições diretas para sucessão do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO FLÁVIO BIERRENBACH — Apele à Mesa no sentido de fazer cessar, por parte do Serviço de Segurança do Congresso Nacional, a retenção das carteiras de identidade das pessoas que demandam ao Congresso Nacional, em visita ou para contatos com parlamentares.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — XXXIII Convenção Nacional da Igreja Quadrangular.

DEPUTADO JORGE CARONE — 20º aniversário da Revolução de 1964.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Excesso que teria havido no aparato militar formado em homenagem ao Rei e à Rainha da Suécia, recebidos pelo Congresso Nacional, em sessão solene. Apoio de S.

Exª ao movimento grevista dos professores da rede oficial de São Paulo

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Focalização da Ordem do Dia baixada pelo Sr. Ministro do Exército, alusiva à comemoração do transcurso do 20º aniversário do Movimento Revolucionário de 64, a propósito de conceitos emitidos sobre a matéria por elementos da Oposição.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Pronunciamentos de Lideranças

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder do PT — Defesa da rejeição da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão. Considerações sobre a pauta da Ordem do Dia da sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA, como Líder do PMDB — Considerações sobre o discurso pronunciado pelo Sr. Jorge Arbage na presente sessão. Colocações sobre a PEC nº 11/83, que dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte.

DEPUTADO JORGE ARBAGE, como Líder do PDS — Alusões ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

1.2.4 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Jorge Arbage e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de "quorum" para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 40ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE ABRIL DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/83, constante da Ordem do Dia, que revoga os

dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal. Trabalho elaborado pelo Sr. Adeline Boralli sugerindo medidas para a solução da crise brasileira.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Apelo à Mesa no sentido de que ao lado das providências adotadas para garantir a liberdade dos Parlamentares no cumprimento de seus mandatos, sejam também asseguradas as manifestações democráticas de pressão, nas dependências do Congresso Nacional.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Decisão tomada na data de hoje pelo Comitê Suprapartidário, no sentido de desenvolvimento de esforços em prol do pronto restabelecimento das eleições diretas na sucessão presidencial.

DEPUTADO AMADEU GEARA — Focalização das propostas de emenda à Constituição constantes da pauta da presente sessão.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Necessidade do resguardo da soberania do Congresso Nacional, para que possa decidir livremente sobre a Emenda Dante de Oliveira, que propõe o restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Observações sobre as matérias da Ordem do Dia.

2.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Armando Pinheiro e respondida pela Presidência, relativamente à tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 63/82 e 1/84, com as propostas constantes da Ordem do Dia, por versarem sobre matéria correlata.

2.2.3 — Pronunciamento de Liderança

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder do PTB — Posição de S. Ex.^a favorável à criação de representação política do Distrito Federal.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 15/83, que revoga dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 16/83). **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada para outra oportunidade, de acordo com solicitação das Lideranças partidárias, feita neste sentido, acolhida pela Presidência.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 16/83, que restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 15/83). **Discussão encerrada**, ficando sua votação adiada para outra oportunidade, de acordo com solicitação das Lideranças partidárias, feita neste sentido, acolhida pela Presidência.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 39ª Sessão Conjunta, em 4 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lonoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota —

PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabão de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça

Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Atilde Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brando Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darclio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio

Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Birrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gíóia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB;

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDF; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Uílio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 462 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nós estamos acostumados a ver, quando as forças armadas de um determinado país procura intimidar outro fazem manobras próximas a esse país. Isso é coisa muito comum nas manobras de superpotências, como os Estados Unidos e União Soviética, em áreas onde existe uma tensão militar. Isto também vale internamente. Muitas vezes, grandes manobras militares acontecem num país para intimidar a opinião pública, para intimidar um determinado setor da população, e assim por diante.

Ontem, este Congresso foi palco de uma dessas manobras. Aproveitando a visita de Sua Majestade, o Rei da Suécia, próximo ao Congresso Nacional aconteceu uma verdadeira manobra militar, a simulação de uma operação de ocupação do Congresso Nacional, ou de suas áreas adjacentes; e o que é pior, e o que é mais grave, a imprensa divulgou uma versão oficial sobre os fatos, dizendo que o Comando do Planalto — dirigido por um homem de conhecida instabilidade emocional, pois a Nação inteira presencia, freqüentemente, a sua instabilidade emocional — avisou à Mesa do Senado Federal de que toda vez que for requerida, a guarda de honra virá. Agora há outra guarda para proteger a guarda de honra.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, este Congresso Nacional só tinha uma atitude digna a adotar no caso: recusar a guarda de honra. Se as guardas de honra agora virão acompanhadas de aparato armado, este Congresso não pode aceitar guarda de honra, enquanto não tiver, constitucionalmente, a sua própria força, a sua própria guarda. Como é que poderemos, agora, a cada solenidade, ser o palco de ação ostensiva, da gravidade ontem verificada, que assustou Brasília, que impressionou os funcionários da Casa, que chocou alguns parlamentares que nunca tinham visto isso. Não se pode e, mais uma vez, a responsabilidade cabe à direção do Congresso Nacional, que vem se humilhando, vem proibindo reuniões dentro da Casa, vem transformando a Casa do povo na Casa do Governo, na Casa do General Nilton Cruz, onde o General Nilton Cruz manda e nós não mandamos.

A direção da Casa mais uma vez se humilhou ao aceitar uma guarda de honra acompanhada de um aparato bélico. Ela pode aceitar, mas bradaremos sempre daqui, enquanto repetir esse ato de submissão do Congresso Nacional — não ao Executivo — mas ao Comandante Militar do Planalto.

Sr. Presidente, reclamo desta tribuna que, de agora em diante, o Congresso Nacional não aceite mais guardas de honra, enquanto elas vierem acompanhadas de aparato bélico, de militares armados, como verificamos ontem, para não dar palco a operações de intimidação ou quiçá, a operações de treinamentos para futuras operações de verdade.

É muito grave o que está acontecendo e mais grave o que a Nação está assistindo. A Mesa do Senado Federal, a direção do Congresso Nacional, proibir que se reúnam sindicalistas e regiliosos para tratarem da Reforma Agrária, sob a alegação de que abril é um mês que não pode haver reuniões públicas dentro do Congresso Nacional, coisa inimaginável em qualquer parlamento do mundo. E ao mesmo tempo permite ostensiva operação armada de metralhadoras embaladas nos canteiros do Congresso Nacional.

Não, Sr. Presidente! Esta Casa, se uma dia tiver que ser atacada por qualquer ação militar, encontre aqui homens com dignidade, encontre aqui um Legislativo digno e disposto a cair de pé e não um Legislativo humilhado pela sua Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Solicito aos Srs. Deputados que, de acordo com o Regimento Comum, a primeira meia hora de sessão seja destinada a oradores inscritos que poderão usar da palavra por cinco minutos, e façam uso desses cinco minutos, porque a lista é bastante extensa e será obedecido o Regimento Comum.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo, e demais funcionários da Casa:

A Mesa do Congresso Nacional tem se caracterizado pela sua omissão em defesa da Instituição, omissão que,

em alguns casos — como citou o Deputado João Gilberto — vai à humilhação.

No que se refere a sua obrigatoriedade da tramitação de decretos-leis, esta omissão está prejudicando os aposentados brasileiros. Estou hoje encaminhando correspondência a todas as associações de aposentados, dizendo que quem está cassando os vencimentos dos aposentados, quem está metendo a mão no bolso dos aposentados, agora, é a Mesa do Congresso Nacional, pela sua omissão. Os responsáveis pela redução dos vencimentos, a partir do mês de maio, são os Srs. Senadores que compõem a Mesa do Congresso Nacional, pela sua insensibilidade, que não é própria dos homens públicos brasileiros, mas que concentrou-se na Mesa do Senado da República, a qual preside as sessões do Congresso Nacional.

O Decreto-lei nº 2.087 em seu artigo 2º sobre os aposentados brasileiros começará a funcionar em 1º de maio, quando for procedido o reajuste semestral dos aposentados. Mas apesar de já ter sido assinado em dezembro, até hoje a Mesa não encontra maneira de colocá-lo na ordem de leitura para que possa tramitar rapidamente na Casa e ser examinado. Se é verdade que o Governo quer a sua aprovação, que ponha Deputados para aprová-lo, porque os Partidos de Oposição querem rejeitar o Decreto-lei nº 2.087, antes de 1º de maio, para que ele não possa produzir os efeitos nocivos e negativos sobre os vencimentos dos aposentados brasileiros. Mas sob alegações regimentais vazias, vazias e infrutíferas, infrutíferas e anacrônicas, anacrônicas e incompetentes, a Mesa do Senado faz ouvidos surdos à postulação da Nação. O Decreto-lei nº 2.087, se depender do trabalho da Mesa do Senado, vai ser lido em maio ou em junho, e se continuar esse tipo de trabalho da Mesa do Senado alguns decretos-leis serão lidos no ano que vem, ou um ano e meio depois da sua publicação pelo Executivo, apesar da dedicação e do trabalho dos funcionários da Mesa. A omissão é da direção política da Mesa, ela é a responsável por essa demora, apesar da boa vontade dos funcionários da Câmara e do Senado. É a Mesa quem tem a responsabilidade.

Veja, Sr. Presidente, hoje quem está sendo algoz dos aposentados brasileiros, que estão à mercê de serem prejudicados no mês de maio é a Mesa do Senado, que não tem competência para resolver os problemas de tramitação, que não se atualiza, que não põe a dignidade do Congresso acima de meros regimentos. A Mesa do Senado é responsável.

Estou enviando correspondência a todas as Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, Associações de Aposentados, Sindicatos, para cobrar da Mesa do Congresso Nacional comportamento à altura da necessidade atual do País. E essa necessidade é de que os decretos-leis tenham tramitação rápida, e não morosa como está sendo feita. O Decreto-lei nº 2.087 assalta os aposentados, e a Mesa parece que não tem nada a ver com isso. Já ouvi todas as desculpas da Mesa, sobre colocação, pois que se coloquem 10 decretos-leis na Ordem do Dia, que se abram 20 Comissões Mistas para examiná-los até sabem V. Exª que as Comissões Mistas não podem fazer nada em decretos-leis, não podem emendar, não podem corrigir, não podem ampliar. Elas se instalam apenas para eleger o Presidente, para esperar que o Relator não apresente o relatório no dia e peça mais 30 dias de prorrogação ou mais 20 dias para que o tempo passe.

Esta Casa está sendo examinada pelo povo, está sendo paga pelo povo, pela Nação brasileira, que não pode admitir esse tipo de comportamento e de insensibilidade que a Mesa do Congresso está tendo para com os aposentados brasileiros. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Na sessão conjunta realizada às onze horas do dia 28 do mês de março próximo passado, o Sr. Deputado Lélis Souza, secundado pelo Sr. Deputado João Gilberto, dirigiu ape-

lo à Mesa no sentido de abreviar a tramitação da mensagem presidencial que encaminhou, à apreciação do Congresso Nacional, o Decreto-lei nº 2.087, de 1983, para tanto fazendo ler três ou mais mensagens por semana em vez de apenas duas.

Cabe-me informar aos nobres Deputados que, na elaboração do calendário das sessões conjuntas referente ao mês de abril corrente, a Presidência reservou sessões para que, não apenas duas, mas quatro mensagens sobre decretos-leis fossem lidas por semana, atendido, portanto, por antecipação, o apelo formulado.

A Presidência, entretanto, aproveitando a oportunidade, quer lembrar aos nobres parlamentares que, embora se estabeleça um calendário mensal para a realização das sessões conjuntas, nem sempre este pode ser rigorosamente cumprido, tendo em vista que, vez por outra, em virtude de obstrução, sessão convocada para leitura de matéria deixa de atender à sua finalidade por falta evidente de **quorum**, o que nos obriga a reformular toda a programação préestabelecida. Foi o que ocorreu recentemente, no dia 12 do mês passado, quando, em duas sessões, deixaram de ser lidas duas mensagens sobre veto e outras duas referentes a decretos-leis, o que somente pôde ser feito no dia 19. A obstrução daquelas duas sessões atrasou a leitura de quatro matérias que só terão sua tramitação iniciada este mês.

O SR. JORGE UEQUED — Agradeço a informação de V. Exª e quero salientar que é irrisório isso para a tramitação de processos.

Peço que a Mesa se reúna e examine, porque há decreto-lei que estão fazendo com que o Congresso passe vexame público por não examiná-los sendo chamado de omissor, incompetente. Os Senadores e Deputados estão sendo acusados na rua de não trabalhar, porque estas meras burocracias que a Mesa faz atrapalha o bom nome do Congresso Nacional.

Lembro a V. Exª que essas desculpas regimentais e tecnocratas já são dadas pelos homens do Governo. O problema social está grave e o Congresso não pode continuar insensível diante da gravidade do problema. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira

O SR. JOSÉ CARLOS TEXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É evidente que a gravidade da crise social, em decorrência do modelo econômico-financeiro, está atingindo todos os segmentos da economia nacional.

Esta semana reuniu-se pela quadragésima vez os dirigentes que fazem a indústria da construção civil, no Brasil. E a Câmara brasileira da construção civil com sua organização local do Sindicato da Indústria da Construção Civil lançou, no encerramento dos seus trabalhos, a Carta de Brasília, em que retrata a crise nacional, as causas e soluções. Tem sido cobrado, Sr. Presidente, não só de nós das Oposições, mas também de vários segmentos da Nação que têm responsabilidades diretas na economia, soluções dos problemas brasileiros. Esta Carta que faz parte do meu pronunciamento, para que a integre nos Anais do Congresso Nacional brasileiro e possa ser melhor lida e divulgada, é realmente um retrato e um diagnóstico vivo da crise da área de construção civil. Uma área que tem um papel importantíssimo para desempenhar no Brasil, não só pela absorção da mão-de-obra, mas pelo fator de gerar, evidentemente, a solução do problema da casa própria que já anda dificultando profundamente dentro da economia brasileira, uma solução em face dos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional, através dos gestores da área econômica do Brasil. Consequentemente, Sr. Presidente, é mais um alerta que se faz à Nação. E neste momento, da tribuna do Congresso Nacional, ao registrar nos Anais

desta Casa, de Brasília, que os setores responsáveis da construção civil lançam para o conhecimento da Nação, quero fazer de logo um apelo ao Governo, para que o examine, porque além das causas que estão diagnosticadas as soluções são apontadas. Se não quiserem dar seguimento ao que aqui está rigorosamente elaborado, numa redação primorosa, perfeita, equilibrada, séria e contundente é porque, na verdade, não querem dar solução aos problemas graves do quadro social e da economia do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA EM SEU DISCURSO

"A CRISE NACIONAL

Causas e Soluções

Por que não há efeito sem causa, a correta avaliação de um problema deve começar pelo diagnóstico preciso de suas origens. Este princípio, de aplicação universal, adquire conotações vitais na economia.

Sem esse diagnóstico, as soluções serão sempre buscadas através de métodos pseudocientíficos, nos quais teorias montadas para explicar fenômenos absolutamente divorciados de nossas realidades servem para embasar medidas inexoravelmente votadas ao malogro. Daí a crença, largamente difundida nos meios tecnocráticos, de que as teorias estão certas, e, se não funcionam, é porque o Brasil está errado.

Ora, não há nada de errado com nosso país, que continua sendo um dos mais viáveis do mundo. Tampouco com as idéias econômicas. O que vem faltando é a adequação das receitas aos males que nos afligem, e isto acontece exatamente pela falta de uma compreensão global dos fatos que provocaram o desalinhamento da economia internacional. Foram esses fatos que levaram uma Nação florescente, como éramos no início da década de 70, às dificuldades atuais. Aliás, sucedeu o mesmo com todos os países em desenvolvimento.

A certeza de que nossos problemas foram importados permeia hoje todos os setores da coletividade. Parece unânime, também, a tendência para localizar na criação da OPEP — com a conseqüente elevação dos preços dos combustíveis líquidos — o marco inicial da crise.

Até este ponto, todos estamos de acordo. Mas o aumento das cotações de petróleo, que poderia explicar razoavelmente o drama brasileiro, não serve para justificar os apertos da Argentina, que é auto-suficiente, nem da Venezuela, grande exportadora. Como também sabemos, desde a mais remota antiguidade, que uma causa não pode gerar efeitos diametralmente opostos, somos forçados a procurar, no entorno das circunstâncias do surgimento da OPEP, os motivos reais que produziram efeitos deletérios tanto para os consumidores como para os países produtores.

Logo, parece claro que o petróleo está na raiz da crise, mas a causa verdadeira não foi o aumento dos preços. Se fosse, o México, a Venezuela, o Equador e demais nações exportadoras não estariam imersas nas dificuldades que atingem todos os países em desenvolvimento. Este, por sinal, é um dado básico para a análise: a crise se afigura comum a todos os países em desenvolvimento, a despeito das características próprias de cada um deles.

Isto posto, voltemos nossas vistas para a década de 70, para o embrião daquele terremoto que abalou as estruturas da economia internacional. Sem maior esforço, poderemos verificar que antes, durante e depois do aumento dos preços do petróleo, as chamadas potências centrais — Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra e outros membros do Clube dos Ricos — adotaram medidas para enfrentar as mudanças que se estavam operando. Numa reação natural, essas nações defenderam-se como puderam, procurando minimizar os efeitos do choque.

Pela importância que tiveram no desenvolvimento do processo, duas providências tomadas pelas potências

centrais requerem particular atenção. O fim da paridade entre o dólar e o ouro, decretado pelos Estados Unidos, e a criação do eurodólar pelos membros da Comunidade Econômica Européia. A primeira deu ao Tesouro americano o direito de emitir moeda de curso mundial sem exigência de lastro; a segunda estendeu essa faculdade às nações da Europa.

Ninguém percebeu, a princípio, o alcance dessas medidas. Nem mesmo nos países beneficiários, o que parece excluir a hipótese de má fé.

Mas vejamos seus efeitos práticos, em termos econômicos. Os Estados Unidos ficaram com o poder de comprar o que quisessem, em qualquer parte do mundo, mediante o expediente de imprimir papéis. As possantes rotativas de sua Casa da Moeda seriam capazes de produzir, em meia hora, dólares suficientes para adquirir todas as empresas do Brasil, por exemplo. Se tal negócio fosse fechado, eles estariam trocando uma tonelada de papel em branco, mais alguns quilos de tinta, por um país inteiro.

Quebrava-se assim, na prática, a base lógica de qualquer transação, constituída pela troca de um bem por outros bens de valor semelhante. As riquezas e os frutos do trabalho do mundo inteiro passaram a valer apenas algumas gramas de papel, convenientemente pintadas de verde.

São esses os fatos que estão na essência da crise, e por isso a comunidade internacional reclama uma nova conferência do tipo de Bretton Woods. A moeda que serve ao relacionamento entre os povos precisa ser amarrada a pontos de referência fixos, pois do contrário o funcionamento do sistema se torna impraticável. Essa moeda não pode ficar flutuando ao sabor das injunções da política interna dos Estados Unidos, de seus eventuais déficits orçamentários ou até de seus legítimos interesses nacionais.

Até aqui a análise não oferece maiores problemas, e praticamente todos os teóricos de nomeada concordam com esse diagnóstico do desalinhamento da economia mundial. Convém frisar que tal consenso surgiu apenas nos últimos anos, quando o vulto das dificuldades tornou quase evidente o fenômeno que as provocava.

Examinemos agora o que aconteceu quando a OPEP quadruplicou os preços do petróleo, em 1973. Se o mundo ainda estivesse preso a padrões fixos, com a paridade de 35 dólares por onça de ouro, todas as nações importadoras de combustíveis teriam que baixar seus hábitos de consumo, ou reduzir seus investimentos, para quitar as faturas majoradas.

A reação foi exatamente essa, no primeiro momento do choque. Mas logo as potências centrais perceberam que não precisavam fazer grandes sacrifícios para pagar as contas de energia: bastava-lhes apertar o botão da impressora, que as notinhas verdes, no fim da esteira da máquina, resolviam tudo. Os sacrifícios ficaram por conta dos países em desenvolvimento. Desprovidos do poder de emitir moeda-reserva, os pobres tiveram que cortar na própria carne para pagar as contas.

Naturalmente, esta é uma visão simplificada dos fatos. É óbvio que as nações ricas adotaram também outras providências para enfrentar a elevação dos preços do petróleo, como a manipulação das taxas de juros, de câmbio e das relações de troca. Ficamos apenas nas emissões porque foram elas que acarretaram as principais mudanças no quadro internacional.

Feita a ressalva, prossigamos. A ligação simultânea das impressoras americanas e européias produziu, como era de se esperar, uma grande liquidez internacional. De posse de todo aquele papel pintado, os membros da OPEP — principalmente os árabes, que não tinham como empregá-lo de imediato — depositavam nos bancos das próprias nações emissoras.

Isto criava um problema novo. Se o ciclo se completasse dessa maneira, o expediente das emissões acabaria resultando em um desastre para os países desenvolvidos.

Aquelas montanhas de papel não poderiam entrar no circuito da economia interna, sob pena de uma inflação de níveis sul-americanos, nem poderiam continuar no caixa dos bancos, que quebrariam por excesso de fundos, pois estavam obrigados a pagar juros. A saída era reciclar os chamados petrodólares, e os banqueiros passaram a correr o mundo oferecendo aquele dinheiro que lhes queimava as mãos.

Senhores,

Tentamos esboçar, até aqui, as linhas básicas do quadro internacional dessa época, por sinal bem próxima. Chegamos agora à parte mais delicada e mais suscetível a controvérsias, que são os reflexos provocados por essa situação em nosso País.

Ao final do governo Médici, o Brasil parecia realmente seguir o caminho que o levaria à condição de país desenvolvido. O modelo adotado, que se baseava na absorção de poupança externa, funcionava sem maiores percalços. A dívida externa líquida situava-se no patamar de um ano de exportações, convivíamos com uma inflação decrescente, os níveis de emprego eram razoavelmente elevados e todos tínhamos a impressão de que o ingresso no clube dos ricos era apenas questão de tempo. Então sobreveio a crise.

Tendo em vista a situação internacional já exposta, parece lógico admitirmos que o terremoto inviabilizou os modelos que exigiam absorção de poupança externa. A razão é simples: esse mecanismo implicava transferência de recursos reais de um país para outro. No momento em que a transferência de recursos reais foi substituída pelo fornecimento de papel pintado, o círculo deixou de fechar. Quem tomava os empréstimos ficava obrigado a transferir bens para pagá-los; mas quem os concedia não entregava coisa nenhuma, a não ser papel.

Para exemplificar, simulemos um empréstimo de dois bilhões de dólares. Ao recebê-lo, o Brasil comprometia todo o esforço contido na produção de uma safra de café, o país fornecedor gastava apenas quinze minutos de serviço da máquina de impressão de cédulas.

Naquela época, ninguém percebeu essa mudança fundamental no relacionamento entre países centrais e periféricos. Por isso mantivemos intacto nosso modelo de desenvolvimento, que de resto contemplava o ideal de uma sociedade de consumo à semelhança da americana. Todos sonhávamos com vários automóveis em cada família, cidades modernas, ótimas casas e um padrão de vida cinematográfico.

Assim, não houve estranheza quando a administração Geisel manteve os investimentos direcionados no mesmo rumo dos governos anteriores. Continuamos gastando o dinheiro público no alargamento de ruas, na construção de estradas e viadutos e, afinal, em toda a infra-estrutura necessária àquele país que tínhamos em mente. A iniciativa privada também mobilizou seus capitais no mesmo sentido, logicamente, dedicando-se a fábricas adequadas ao modelo. A poupança nacional praticamente inteira continuou destinada a um projeto que já estava falido.

Na verdade, nós até aumentamos nosso engajamento no modelo, ao favorecer escandalosamente a ampliação do consumo de petróleo. Através de subsídios e incentivos diversos, fizemos com que as necessidades de petróleo dobrassem entre os anos de 1973 e 1979. O Brasil ignorava olímpicamente a crise.

Houve algumas notáveis exceções, como Itaipu e o Proálcool. A hidrelétrica foi fruto de um erro de avaliação, pois se destinou a combater uma crise de energia global, quando enfrentávamos apenas uma crise de combustível líquido. Mas servirá, no futuro. Por sua vez, o Proálcool, que nasceu como uma espécie de muleta para a indústria automobilística, traz em seu bojo a grande esperança de redenção nacional. Para isto, ele deverá deixar de ser mero apêndice de um setor industrial.

Vejamos agora as conseqüências da manutenção do modelo. Quando os ministros de presidente Geisel explicavam que o Brasil continuaria crescendo, porque seria

vantajoso adiar o confronto com a crise, eles provavelmente não avaliavam a extensão do erro que cometiam.

Como sabemos, nosso País não emitia moeda de circulação internacional, e se não iria fazer economia para pagar a conta de petróleo majorada, a única saída para fechar o balanço seria a obtenção de empréstimos. Foi assim que nos candidatamos a pegar boa parte daquele papel pintado de que os banqueiros queriam ver-se livres. A mesma escassez de recursos que, no plano internacional, produziu o endividamento, responde pela inflação que passou a crescer de maneira contínua. Como a economia encolheu pela drenagem dos recursos internos, o governo se viu sem meios de levar adiante seus projetos. Então girou a guitarra, produzindo cruzeiros e obrigações reajustáveis do Tesouro, e os resultados desse financiamento estão à vista de todos.

Depois que entramos nessa ciranda infernal, vieram os fatos da história mais recente. Houve o segundo choque do petróleo, os juros subiram às nuvens, as cotações das matérias-primas despencaram e o Brasil ficou preso à engrenagem que o está triturando aos poucos.

Esta é a crônica de nossa trajetória para o abismo. A partir de agora, vamos abordar as perspectivas de solução.

Começemos pelo que não devemos fazer. Se concordarmos com o diagnóstico feito, seremos forçados a admitir que muitas das linhas de política econômica sugeridas por técnicos conceituados nada têm a ver com os males de que padecemos.

A idéia de que exportar é a solução, por exemplo. Enquanto as regras internacionais não forem mudadas, estaremos sempre jogando póquer com o dono da fábrica de fichas. Quando as nossas acabam, compramos mais; quando as dele se findam, ele enfia a mão na caixa e tira outro punhado. Se, por um milagre, o Brasil quintuplicasse sua colheita de soja sem investir um centavo, conseguiria apenas dinheiro para pagar os juros daquele ano. E não podemos nos esquecer de que, ao aumentar em dois pontos a taxa dos empréstimos, os países ricos nos confiscam por ato administrativo uma safra de café. Como pagar através de exportações, sob tais regras?

Tampouco se vai resolver o problema pelo aviltamento dos salários. A diminuição da renda dos trabalhadores produz apenas miséria e recessão, que agravam ainda mais nossos dramas: Não pode existir nação próspera com um povo pobre. Além de absurdo, um projeto nacional desse tipo seria moralmente insustentável.

Pior ainda são as teses que debitam nossas dificuldades a questões demográficas. Nossa população não tem culpa nenhuma pelos erros que os dirigentes cometeram e, na verdade, seu potencial de trabalho constitui um dos instrumentos que nos ajudarão a superar a crise.

Senhores,

A única saída possível implica revisão do relacionamento brasileiro com o sistema internacional. Essa revisão poderá dar-se pela mudança do sistema — como preconizou, na ONU, o Presidente Figueiredo — ou terá que ser feita unilateralmente por nós.

Esperar que as potências centrais se esforcem para tornar mais justo esse relacionamento envolve certa ingenuidade. Afinal de contas, é a fome do nosso povo que está financiando o elevado padrão de vida dessas nações, e com isto não podemos concordar. Para que nossa fatia no bolo cresça, temos que impedir que o Brasil sofra expropriações de qualquer tipo.

A propósito, o clube dos industrializados já realizou várias reuniões — Paris, Cancun, Tóquio, Ottawa — e não conseguiu avançar sequer um passo. Os encontros resultaram em bons coquetéis, e nada mais.

Sem nenhuma dúvida, a mudança que desejamos terá que ser induzida por nós mesmos.

Tomada essa decisão, que é de caráter político e exige apoio da sociedade, chegaremos à questão fundamental, ligada à dívida externa. Os pagamentos terão que ser sus-

pensos, de uma maneira ou de outra, para que o Brasil possa escapar da armadilha em que foi aprisionado.

Antes de prosseguir, convém lembrar que o vulto da dívida é essencialmente relativo. Cem bilhões de dólares constituem um compromisso sufocante para um País com um PIB de 300 bilhões, mas seria um compromisso desprezível para uma economia de 3 trilhões de dólares, como a dos Estados Unidos. Os americanos gastam cem bilhões em um projeto de defesa que estará superado antes de sair das pranchetas dos desenhistas.

Então, até para pagar a dívida é absolutamente indispensável que o Brasil retome o crescimento. Isto parece não escapar à compreensão dos banqueiros internacionais. Pois aqui já surgiram, em setores absolutamente insuspeitos de nacionalismo, idéias de uma renegociação com prazo de carência mínimo de dez anos.

Se vamos admitir a validade da dívida de papéis pintados, se vamos reconhecer apenas uma parte dela ou se não vamos pagar coisa nenhuma, é parte de outra história. Esses pormenores ficarão a cargo do governo que tomar a decisão, e serão influenciados por milhões de fatores, internos e externos. O que importa é conseguir a suspensão do pagamento, para que o País possa respirar outra vez.

Uma vez livre dos angustiantes problemas de da fim de mês, o Brasil terá que reciclar seu modelo de desenvolvimento, fazendo agora o que deveria ter feito em 1974. Embora não seja nada agradável dizer, teremos que renunciar àqueles sonhos de construir rapidamente uma sociedade de consumo ao estilo americano.

Se vamos construir um modelo novo, deveremos ter em vista um objetivo que hoje é prioritário em todos os países: conseguir a independência energética. Essa meta não se afigura tão difícil, de vez que possuímos eletricidade em abundância, algum carvão e certa quantidade de petróleo. Investindo mais na produção de álcool e acabando com os subsídios ao petróleo que entravam o aproveitamento das fontes alternativas de energia, certamente chegaremos lá.

Façamos um ligeiro parêntese. Quando se fala em subsídio, no Brasil, logo se pensa em trigo, exportações, crédito agrícola no Nordeste e coisas semelhantes. No entanto, o subsídio mais importante é o do petróleo, em volume e em consequências.

Imaginem que movimentamos diariamente por todo o território nacional cerca de 150 mil toneladas de derivado de petróleo, e que esses produtos têm o mesmo preço em todas as partes. Logicamente, o custo do transporte é rateado pela sociedade inteira. Imaginem que consumimos diariamente 120 mil barris de nafta na petroquímica, vendidos a preços simbólicos. E só o controle dos preços de derivados, no período de janeiro de 74 a março de 80, representou um subsídio de 12 bilhões de dólares, quantia suficiente para construir uma segunda Itaipu. Fechemos o parêntese.

Além de desperdiçar recursos na escala dos bilhões de dólares, a cada ano, o subsídio do petróleo impede a racionalização do uso de energia. Nenhum empresário vai trocar sua caldeira que queima combustível por uma similar elétrica enquanto o preço do óleo for mais barato. Nesse caso, o Brasil paga o petróleo e a eletricidade que está sendo jogada fora, o que parece uma dupla tolice.

No momento em que conseguirmos mover nossas máquinas com sucedâneos energéticos produzidos internamente, o nível de eficiência de nossa economia crescerá de maneira espantosa. E a multiplicação dos efeitos de um plano como esse ultrapassa a mais generosa imaginação.

A independência energética não significará somente a economia de 8 ou 9 bilhões de dólares que ora gastamos com petróleo, e que ficarão disponíveis para outras finalidades — até para uma eventual amortização da dívida. Significará também a criação de milhões de novos em-

pregos na agricultura, na indústria de bens de capital, de máquinas agrícolas, de fertilizantes, na siderurgia e em todos os setores que deverão ser ativados para a produção da energia alternativa. Serão milhões de pessoas voltadas para a produção do que agora importamos e ganhando salários que dinamizarão toda a economia.

Por fim, mas não por último, é essencial que a independência energética seja obtida pela livre iniciativa, através da produção descentralizada. Esta fórmula apresenta inegáveis vantagens e, de quebra, reforçará as bases de uma verdadeira federação econômica, ao espalhar o desenvolvimento por todos os rincões do País.

A par do desenvolvimento de um novo modelo energético, temos que investir na liquidação da dívida interna, que constitui a principal causa da inflação, das altas taxas de juros e do déficit do setor público. E o caminho menos traumático, na direção desse objetivo, consiste no firme propósito de não mais elevar o montante da dívida e iniciar o processo de pagamento.

Em resumo, não se deve emitir mais nenhum papel do Tesouro, tipo das letras ou obrigações reajustáveis. Os vencimentos de cada dia deverão ser cobertos por moeda.

Isto seria altamente inflacionário, pensarão alguns. Ora, a experiência dos últimos anos revela que a emissão de um título, com juros superiores a 200% ao ano, leva à necessidade de emitir mais três papéis no final do prazo. E depois mais nove, no período seguinte. A que pode conduzir um processo como esse?

E não devemos esquecer os efeitos que a captação governamental apresenta no mercado. Ao colocar grandes quantidades de papéis numa economia de recursos escassos, empurramos naturalmente as taxas de juros para cima e inviabilizamos as atividades produtivas no País.

O resgate diário dos títulos vincendos faria baixar o nível das taxas de juros. E os recursos antes empregados nessa especulação terão que ir em busca de novas possibilidades de emprego, indo engrossar os fundos destinados a atividades produtivas. Se nos lembrarmos de que, a esse mesmo tempo, estaremos empenhados no crescimento do setor energético, bastará incentivar a aplicação, que esses recursos serão encaminhados nesse sentido.

Mesmo assim, não teríamos um excesso de moeda em circulação? Não necessariamente. Só a eliminação dos subsídios do setor petróleo dará ao Governo meios suficientes para não depender de emissões. E, a cada dia que passarmos sem colocar novos títulos, a dívida irá baixando e, portanto, exigindo menos esforço para sua liquidação.

Senhores,

A decisão de suspender o pagamento da dívida externa, reformar nosso modelo energético e liquidar os compromissos internos implicará outras decisões não menos importantes.

Em primeiro lugar, parece lógico que renunciaremos à absorção de poupança internacional. Não continuaremos nos endividando em moedas-reserva emitidas sem lastro, cujo valor é manipulado por algumas nações centrais, de acordo com seus interesses de momento. Como não temos nenhum controle sobre esse valor, o processo de endividamento conduz, como estando assistindo agora, a uma dependência tipicamente colonial. É provável, até, que sejamos forçados a isso: quando suspendermos o pagamento da dívida, o fluxo de novos empréstimos diminuirá ou cessará de todo. Isto nos obrigará a manter o equilíbrio do balanço de transações correntes, não por manobras recessivas, mas pelo redirecionamento da estrutura de produção.

Em segundo lugar, teremos que forjar um sistema de câmbio independente, infenso a ingerências externas de qualquer natureza, que evite táticas predatórias contra a

economia nacional. Queremos o protecionismo, sim, porque todos os países são protecionistas, a despeito da pregação do falso liberalismo.

Em terceiro lugar, pararemos de exportar a qualquer custo. Não podemos continuar pagando para que nossos recursos sejam drenados para o exterior, nem nos conformamos com a falácia de que somos uma economia introvertida, pois só exportamos 9% de nosso produto bruto. Não é que exportamos pouco. Acontece que nossos produtos têm suas cotações aviltadas. Se os preços correspondessem ao esforço de produção, aquela porcentagem seria muito maior.

Passaremos a vender apenas aquilo que interessar ao País. E a cada redução das cotações internacionais, responderemos não com o aumento da quantidade exportada, mas com sua diminuição. Nós já não precisaremos desesperadamente de dólares para fechar a conta do fim do mês, e por isso não entregaremos nossas riquezas pelas cotações que interessam aos credores.

Senhores,

A alteração do modelo econômico, dentro dos parâmetros aqui expostos, significará uma verdadeira revolução que dará origem a um país completamente novo, independente e forte como os maiores da Terra. Não caberia, no curto tempo de uma sessão como esta, abordar em pormenores todas as fases de envolvimento do Brasil na engrenagem internacional, nem discorrer mais longamente sobre todas as conseqüências da solução proposta.

Nosso objetivo foi apenas o de alertar para a existência de uma alternativa viável, no rumo de um capitalismo moderno e politicamente democrático. Se o atingirmos, ou pelo menos conseguirmos depertar o interesse dos senhores, nos damos por plenamente satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero registrar, aqui, o meu repúdio total às manobras policiais realizadas ontem, em torno deste Congresso Nacional.

O Presidente do Senado Federal, Senador Moacyr Dalla, não tem o direito de tomar as atitudes que está tomando, pois está fechando o Congresso Nacional de dentro para fora. Não podemos permitir essa atitude. Isto é propiciar um processo de fechamento, quando o povo brasileiro, rasga as suas próprias iniciativas e toma as suas próprias propostas e fazem-nas.

Quero registrar, também, o seguinte: hoje, por este Brasil afora, estão sendo registradas centenas de iniciativas de greves de estudantes, de professores, de metalúrgicos, porque é insustentável a situação em que se vive no momento.

Quero, Sr. Presidente, ler a carta que a Federação das Associações dos Professores das Universidades Brasileiras entregou à Sra. Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, com o seguinte conteúdo:

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Salvador, 15 de março de 1984

Da Presidente da FASUBRA
À Exma. Sra. Esther de Figueiredo Ferraz
DD. Ministra da Educação e Cultura
Brasília-DF.
Senhora Ministra:

A situação a que estão submetidos os servidores públicos federais é desesperadora. Vítimas de uma política discriminatória de reajustes salariais, normalmente concedidos abaixo dos índices reais de in-

flação e, além disso, em índices inferiores aos de outras categorias profissionais, o funcionalismo público sofre de perto os problemas e as dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria do povo brasileiro.

Segundo estudos publicados pela Fundação Getúlio Vargas, entre janeiro de 1976 e setembro de 1983, o índice acumulado de inflação foi de 9.639%. Nesse mesmo período, os salários dos servidores civis foram reajustados em apenas 3.327%. Isso representa uma perda real no poder aquisitivo dos servidores públicos de 290%. O servidor público se transformou, sem dúvida, na categoria mais prejudicada pela política salarial do governo nos últimos anos. Para recuperar o nosso poder aquisitivo, seria necessário a concessão de um aumento salarial equivalente aos 290%, vigorando a partir de 1º de outubro de 1983.

Isso, no entanto, não foi concedido, nem nos parece estar dentro das pretensões do Governo Federal, que continua aplicando sobre os trabalhadores uma política salarial socialmente injusta, economicamente perversa e com típicas fórmulas de arrocho.

Com o objetivo de avaliar a real situação em que vivem os servidores das Universidades brasileiras, discutir nossas reivindicações e elaborar um detalhado elenco de propostas concretas, que possam minorar o nosso sofrimento, a FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras) realizou, em janeiro passado, na cidade de Natal (RN), o 1º Congresso Nacional dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras.

O resultado desse encontro gerou um elenco de reivindicações básicas dos servidores universitários brasileiros, seja com relação à sua situação salarial, seja quanto às condições de trabalho. Por decisão desse Congresso, encaminhamos à V. Exª esse conjunto de reivindicações que esperamos sejam atendidas. Só assim é que a categoria dos servidores universitários brasileiros poderá encontrar a necessária tranquilidade para continuar desempenhando a contento as suas atividades. O atendimento a essas reivindicações representa um anseio geral de todos os servidores das universidades brasileiras, vítimas de uma política salarial injusta, perversa e discriminatória e submetidos a condições de trabalho insuficientes.

A seguir, passamos a expor à V. Exª nossas reivindicações prioritárias:

A) Reivindicações Salariais:

- a) reposição salarial de 100% do INPC de janeiro a dezembro de 1983;
- b) concessão do 13º salário para os funcionários estatutários;
- c) piso salarial de 3 salários mínimos;
- d) estabilidade no emprego;
- e) reajuste semestral;
- f) enquadramento no Plano de Cargos e Salários das Universidades, de todos os funcionários de Tabelas Especiais, sem redução de salário.

B) Reivindicações Específicas:

- a) atendimento médico-hospitalar e odontológico para os servidores e seus dependentes, nas próprias universidades;
- b) transporte gratuito para os funcionários que ganham até três salários mínimos;
- c) implantação de creches;
- d) alimentação gratuita ou auxílio-alimentação, com preços únicos em todos os restaurantes universitários;
- e) bolsas de estudos para funcionários e dependentes;
- f) criação da CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

g) criação de um dispositivo legal pelo MEC, para que os diretores das associações fiquem à disposição de suas entidades;

h) criação da CPTA — Comissão de Pessoal Técnico-Administrativo, composta por servidores tirados em assembléias gerais, com mandato de um ano;

i) horário corrido de trabalho nas universidades (regime de 6 horas);

j) promoção da capacitação do pessoal técnico-administrativo, dando prioridade ao desenvolvimento de recursos humanos, através do oferecimento de cursos de especialização, aperfeiçoamento e treinamento específico;

l) estabelecimento de um plano de carreira para os servidores públicos das IES e progressão funcional;

m) participação paritária do servidor técnico-administrativo nos órgãos colegiados das IES, com direito a voz e voto;

n) plano habitacional para os servidores de média e baixa renda;

o) que as contribuições sindicais pagas pelos servidores das IES fundações sejam revertidas na base de 20% para a FASUBRA e 80% para a associação de servidores respectiva.

Certos do atendimento às reivindicações que ora encaminhamos, salientando que esse elenco de propostas é resultado de um Congresso Nacional dos Servidores Universitários, representando, portanto, as aspirações do conjunto de nossa categoria, enviamos-lhe as nossas mais cordiais

Saudações universitárias. — **Vânia Galvão de Carvalho**, Presidente da FASUBRA.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo federal vem tratando os trabalhadores aposentados como se fossem um fardo indesejável na vida econômica do País. Depois de trabalhar arduamente durante longos 35 anos, o trabalhador que se aposenta tem de imediato uma desagradável surpresa. Seu salário é violentamente cortado e ele passa a ganhar em média apenas 70% do que ganhava na ativa.

Pelos cálculos do DIEESE, a remuneração dos aposentados cresceu 886 vezes e a dos trabalhadores na ativa 1.586 vezes de maio de 1965 a novembro de 1983. Portanto, neste período os salários dos trabalhadores aposentados cresceram 79% a menos que os trabalhadores na ativa, isto quando todos sabemos que os próprios trabalhadores na ativa perderam violentamente seu poder aquisitivo.

Além dessa atitude criminoso contra quem deu sua vida, seus melhores anos para enriquecer a Nação, assistimos agora o cinismo do Ministro Jarbas Passarinho baixar o Decreto-lei nº 2.087 que determina que os salários dos aposentados não mais serão reajustados pela política salarial em vigor e sim em função da arrecadação previdenciária.

O resultado, disso, num quadro de recessão imposta pelo FMI e onde o governo arrocha os salários em todos os níveis, não permitindo que a massa salarial do País — que base da arrecadação da Previdência — cresça mais que 87,5% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, será de imediato uma perda real semestral de 12,5% dos salários dos aposentados frente ao custo de

vida e o agravamento gradativo dessa perda à medida em que aumenta a recessão.

O nome mais brando que podemos encontrar para esta atitude do Governo é genocídio. O governo está pretendendo eliminar fisicamente os aposentados para diminuir um encargo que é seu e cujos recursos provêm dos próprios trabalhadores. E depois vêm falar de revanchismo. Ora revanchismo contra o povo é o que perpetra esta política econômica. Queremos emprestar nosso mais vigoroso apoio à luta dos aposentados e nosso mais veemente repúdio às atitudes criminosas desse Governo irresponsável e entreguista.

O PDT, fiel aos seus compromissos com os trabalhadores, vem manifestar sua posição absolutamente contrária a este Decreto-lei nº 2087. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Se os argumentos são válidos e se os propósitos são honestos, por que escondê-los? Por que evitar que a opinião pública tome conhecimento dos posicionamentos conscientes?

O que se exige do homem público, antes de mais nada, é que ele seja coerente, que tenha o mínimo de decência, que tenha, enfim, vergonha na cara, para usar uma expressão que todo mundo conhece. O ponto de vista sustentado num discurso, muitas vezes inflamado — mas, intramuros, no Congresso, por exemplo — deve ser o mesmo, sustentado com o mesmo entusiasmo, em praça pública, diante dos eleitores. O que não pode acontecer, porque isso atinge as raízes do cinismo, é o parlamentar assumir duas posturas, uma para consumo interno e outra para consumo externo. É dizer aqui ser contrário às eleições diretas, já, e lá fora, na base, mostrar-se acorde com a maior de todas as aspirações populares. É receber os trinta dinheiros que é o preço da traição, e acolhoar as moedas para evitar que ouçam o seu tilintar.

Digo isso porque estou lendo nos jornais de hoje que há parlamentares que estão atuando junto aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado com o fim de impedir a transmissão, ao vivo, pela televisão e pelo rádio, da votação da Emenda Dante de Oliveira, no dia 25 deste mês. E argumentam (que argumento sempre há) que nos grandes parlamentares do mundo, como na Câmara dos Comuns, na Inglaterra, não se permitem, sequer, tirar fotografias do plenário, esquecendo-se (por conveniência) que no parlamento inglês as sessões são transmitidas pela BBC de Londres.

Mas, o que se percebe mesmo é o desespero dos homens (eu disse homens?) diante da possibilidade dos eleitores virem a conhecer suas reais posições, já comprometidas.

Comprometeram-se com as indiretas, em detrimento dos interesses nacionais, e agora temem e tremem diante da possibilidade de virem a ser desmascarados assim, na lata, na bucha, por um **closed** ou por um “não”, meio amarelo, de viva voz, dito a todos os seus eleitores, de qualquer canto do País.

Afinados com o sistema de poder, não querem fotografia, não querem televisão, não querem emissora de rádio. Dariam tudo, ou quase tudo para que seu voto fosse secreto, para que pudessem agir às escondidas.

Mas não. O diabo faz a panela mas não sabe fazer a tampa. E assim, queiram ou não queiram, os homens da panela ouvirão no futuro a voz do povo e como diz um colunista, ouvirão a voz de Deus...

É esse o drama, o tremendo drama dos que venderam a alma pro diabo e agora vêm aproximar-se, a passos largos, o dia do Juízo Final, o dia 25 de abril.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho para mim que alguma coisa além das nuvens paira no ar. Acho a manifestação clara, nítida, pacífica e ordeira, por parte da população brasileira, que comparece diariamente às ruas e às praças públicas deste País, para dizer que quer eleições diretas, já, está causando mal-estar àqueles que detêm o poder há vinte anos. Será que esses homens não se aperceberam ainda que, apesar de todo o poder que detêm, apesar de toda a força que detêm, nestes 20 anos nada mais fizeram do que levar o País à beira do caos?

O País vive a sua crise mais aguda. Diariamente, aqui neste microfone, isto é afirmado por parlamentares e por todo o País afora, por pessoas que fizeram esta maldita revolução. O que querem esses homens, Sr. Presidente? Querem continuar no poder, e continuar no poder a qualquer custo. E para quê? Para continuar massacrando e infelicitando a vida da Nação brasileira. O povo não vai admitir isso, Sr. Presidente!

Anteontem, em Londrina, na minha cidade, mais de 50 mil pessoas compareceram à praça pública para dizerem que querem já as eleições diretas para a Presidência da República, no maior comício da história de Londrina, uma cidade que faz agora 50 anos, realiza um comício desta magnitude, graças à participação do povo, graças aos partidos de Oposição, em especial ao PMDB e ao PT. Isto é uma grande e inequívoca demonstração de que o povo, nobre Líder Jorge Arbaje, não aceita mais esta tutela.

E nós assistimos, chegando a Brasília, o quê? Que o todo poderoso General Newton Cruz, que deveria explicar à Nação o seu envolvimento em escândalos, fazendo manobras militares em frente ao Congresso Nacional. Isto é um desrespeito ao povo brasileiro. Nós fomos eleitos pelo povo para aqui praticar livremente as nossas idéias, e não podemos aceitar nenhum tipo de ameaça ou de intimidação. Dizer-se que isto é apenas para assegurar a visita de uma personalidade estrangeira no Congresso não nos convence. O Congresso Nacional quer ser cercado pelo povo brasileiro, e é ao povo brasileiro que o Congresso deve prestar as suas contas e se curvar.

Agora, se não bastasse essa clara intimidação a todos nós parlamentares, eleitos livremente pelo voto, vêm segundo notícias que lemos ontem na **Folha de S. Paulo**, os Deputados simpáticos à candidatura do Sr. Paulo **Lut-falla** Salim Maluf pedirem à Mesa do Senado não permita que a TV Globo divulgue a sessão histórica do dia 25.

A Mesa do Senado Federal não tem competência para decidir coisas do interesse da maioria esmagadora dos parlamentares nesta Casa. Não sei se a Mesa do Senado já decidiu, não sei se é verdadeira esta afirmação, porque disse que a li na **Folha de S. Paulo**. Tenho-a como verdadeira, mas a grande verdade é que, se essa questão foi formulada, primeiro pela TV Globo que quer transmitir a sessão histórica do dia 25 de abril e segundo pelos deputados malufistas que querem impedir essa transmissão, querem evitar que o povo tomem conhecimento de suas posturas aqui nesta Casa, a Mesa do Senado não pode decidir sozinha questão como esta.

Então, Sr. Presidente, formulo um apelo a V. Ex^a, dentre muitos apelos que aqui já foram feitos hoje, como, por exemplo, aquele que na semana passada também aqui questionei o problema da tramitação dos decretos-leis que é uma vergonha para nós parlamentares! Portanto, que esta decisão seja em defesa dos interesses do povo

brasileiro porque, se esta é uma Casa de homens eleitos pelo povo, não podemos sonegar a este povo, o direito sequer de saber o que os seus representantes estão fazendo e quanto mais negar ao povo o direito de escolher o Presidente da República pelo seu próprio voto. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vim aqui para falar sobre o cerco financeiro que o Governo Federal está fazendo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, porque o Governo popular do Sr. Leonel Brizola com amplo programa de trabalho no campo social, pretendendo, realmente, recuperar com seriedade e sem corrupção, o Estado do Rio de Janeiro, o Governo Federal não quer destinar ao Rio de Janeiro as verbas necessárias para aquelas obras, que não são obras para o Governo do Sr. Leonel Brizola, diga-se de passagem, são obras necessárias ao bem-estar do povo do Estado do Rio de Janeiro, que está pagando seus impostos e quer o retorno devido que o Rio de Janeiro merece. Temos vários exemplos. Temos mesmo o caso das penitenciárias com superlotação. Uma das primeiras providências do Governo Leonel Brizola foi criar o plano de construção de 12 minipresídios, para desafogar aquelas penitenciárias e dar condições humanas de vida, aos encarcerados. O que acontece? Até hoje o dinheiro não foi. Falou-se que iam liberar recursos, e não foram liberados.

Outro exemplo: a bacia dos rios Faria e Timbó, problema seriíssimo, acarretando, a cada chuvinha, por menor que seja, alagações nos bairros da zona da Leopoldina, situação agravada com uma construção demagógica desse Sr. presidencial chamado Mário David Andreazza, que construiu algumas simples casas, chamadas “Vila do João” — e ainda colocou o nome de “Vila do João”. Com essas obras, fecharam-se mais ainda as saídas dos rios Faria e Timbó, agravando, sobremaneira, o problema da região. O Governo Leonel Brizola equacionou o problema, exatamente com a execução de obras necessárias para que não mais as águas desses rios saiam do seu leito, trazendo preocupação a mais de 600 mil moradores, da área de Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro.

Agora estamos buscando recursos, mas já sabemos de antemão que esses recursos serão negados, recursos que, diga-se de passagem, não são do Governo Federal, mas do povo do Estado do Rio de Janeiro. O Governo Federal, por perseguição política ao Governo democrático e popular do Governador Leonel Brizola, não quer enviar os recursos necessários para o povo do Rio de Janeiro.

Isto precisa ser denunciado, Sr. Presidente. Esta é a forma de governo que esses, os quais querem continuar no País, mandando indevidamente no País, querem-na imprimir a este povo, mas o não conseguirão, porque as eleições diretas estão aí, estão batendo à porta, e o povo pede passagem, e o povo há de passar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Viana.

O SR. RENATO VIANA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A prolongada recessão imposta à Nação por uma política econômica insistentemente traçada pelos tecnocratas do Governo Revolucionário aprofunda os desequilíbrios sociais a cada dia que passa, apesar dos sinais de retomada do desenvolvimento propalados a quatro cantos.

Um dos setores mais atingidos pelas medidas recessivas foi, sem dúvida, a indústria pesada. Aos poucos a produção foi decrescendo, em virtude da retração da

mercado, dos constantes aumentos da matéria-prima e dos crescentes encargos sociais e fiscais.

O sucateamento do parque industrial brasileiro vem sendo denunciado constantemente por inúmeros empresários proeminentes deste País.

A única alternativa que resta às médias e grandes empresas, esgotadas todas as tentativas de soerguimento sócio-econômico — é o da incômoda denúncia de concordata.

Os jornais de Brasília, nesta semana, noticiam que nestes primeiros 90 (noventa) dias, nada menos do que 270 estabelecimentos industriais e comerciais foram à falência, requereram concordata ou encerraram discretamente as suas atividades somente no Distrito Federal.

O Vale do Itajaí, região que representamos, mais precisamente Blumenau, Município que se orgulha do elevado índice de industrialização, mercê de um invejável e diversificado parque industrial, não faz exceção à regra.

Empresas tradicionais, centenárias mesmo, constituídas de capital unicamente nacional, se vêem obrigadas a recorrer, em última instância, ao remédio da concordata, procurando, estoicamente, cumprir, dentro do prazo que a lei lhes confere, os compromissos financeiros assumidos com fornecedores e empregados.

Uma inflação que sabidamente chegou a 230%, nos últimos meses, a "via crucis" imposta a empresários que se viram na contingência de recorrer aos empréstimos bancários, sobre os quais incidiam taxas de juros exorbitantes, hoje variáveis entre 15% a 20%, verdadeira usura oficializada, ao lado dos empréstimos em moeda estrangeira, a famosa operação 63, com a alucinante desvalorização da nossa moeda; com os constantes reajustes do dólar — verdadeiro suicídio empresarial, sufocaram a iniciativa privada, atingindo duramente um sem-número de atividades sociais por ela desenvolvidas. Sem capital de giro, abandonadas à sua própria sorte pelo Governo, tais empresas vêm suportando tenazmente o ínvio caminho da decadência industrial. A imprensa catarinense noticiou ontem, e desta tribuna registramos com imenso pesar, que a empresa Electro Aço Altona S/A, que atua há cerca de 60 anos no ramo metalúrgico na cidade de Blumenau, ingressou na Justiça com pedido de concordata preventiva. Fundada por imigrantes alemães, a Electro Aço Altona S/A ocupava a sexta posição no contexto nacional dos serviços de fundição.

Alega a concordatária que não medirá esforços para manter o nível de emprego, evitando dispensas do seu quadro de pessoal.

Em São Paulo, várias empresas do mesmo ramo se ressentem das mesmas dificuldades. Na última sexta-feira, duas dentre elas — a EMBRAFER e FERIMPLEX — ingressaram com pedido de concordata preventiva. A escassez de ferro e aço no mercado interno brasileiro e os elevados preços para a importação do produto, acrescido das dificuldades que essas empresas vinham encontrando na adaptação de um programa rígido de contenção para se ajustar à "crise" reinante, que já se arrasta há três anos, provocaram o pedido. A EMBRAFER, especializada na fabricação de ferramentas destinadas à construção civil e montagens elétricas, e a FERIMPLEX dedicada à comercialização dos produtos fabricados pela EMBRAFER e ferramentas confeccionadas por outros fabricantes.

"O governo brasileiro", segundo o advogado das empresas paulistas concordatárias, "incentivou demais a exportação do ferro e aço, e não sobra hoje o suficiente para suprir o mercado interno." Além disso os elevados preços dessas matérias-primas vêm comprometendo a rentabilidade das empresas que lidam com o aço e o ferro. Os reajustes constantes dos preços do produto acabado, apesar da procura de maior rentabilidade operacional, acabaram por gerar uma retração drástica no mercado consumidor, produzindo

uma situação incontornável que teve no pedido de moratória judicial a única saída.

Ao flagelo cíclico das enchentes que desestabilizou o "modus vivendi" da sociedade blumenauense e da região, juntam-se desagradáveis ocorrências, como esta que registramos, abalando sensivelmente a estrutura econômica de uma comunidade que sempre se orgulhou de suas conquistas sociais, onde patrão e empregado têm dado exemplo ao País de uma convivência pacífica, procurando, dentro dos princípios de respeito mútuo e do diálogo, encontrar as soluções adequadas para os momentos difíceis.

Não apenas as micro e pequenas empresas carecem de medidas urgentes e concretas dos tecnocratas da área econômica, mas também, e com a mesma intensidade, as médias e grandes empresas vivem hoje o período mais crítico, por que não dizer tenebroso, de sua história, provocado por insensibilidade de um Governo que há vinte anos justamente se propunha a realizar o milagre da transformação sócio-econômica neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O festejado, culto e sério Jornalista Geraldo Mello Mourão, ao apresentar o livro de autoria deste parlamentar, fazia a seguinte colocação introdutória:

"Me duele España" — a Espanha me dói — escrevia Unamuno, diante dos dias amargos que a crueldade dos tempos reservara ao seu país. A desgraça e a vergonha maior do Brasil são a decepcionante verificação de que o Nordeste não dói, permanentemente, a todos os brasileiros.

Dessa vergonha e dessa desgraça estamos livres apenas uns poucos.

O país do Brasil, Sr. Presidente, como o país do Nordeste, dói a poucos na consciência e no coração.

Digo com toda sinceridade, Sr. Presidente, dói em mim o Brasil pelos difíceis momentos, pelos desencontros e desencantos, e, acima de tudo, pelo desamor de alguns homens públicos daqui de dentro desta Casa e de fora, pelo presente e pelo futuro deste País.

Sincera e honestamente, nunca vi tanto personalismo, tantos interesses de grupos, tantos finca-pés, em posturas e posições que não se coadunam com aspirações mais legítimas da sociedade brasileira.

As saídas políticas e as saídas do impasse que ora vivemos necessariamente nunca poderão ser encontradas nem nas pressões emocionais, nem fora do quadro da negociação, da transigência, do entendimento e, acima de tudo, do espírito público.

É hora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de todos nós aqui do Congresso Nacional, do Executivo, esquecer um pouco que o Governo do Brasil não é uma ação entre amigos, não é um negócio nem há de ter donos, donos esses que exijam que um povo renda-lhes a injustificável e injustificada vassalagem.

Lamentavelmente toda a discussão do processo de encaminhamento da crise nacional tem sido uma discussão de caráter panfletário, de uma rigidez de posturas e — infelizmente — da falta da dimensão adequada, da falta de perspectiva histórica de que as decisões aqui tomadas, nesta Casa, podem redundar em compromissos violentos com as gerações de hoje e do amanhã deste País.

Lamentavelmente a própria discussão da sucessão presidencial encaminhou-se, no primeiro momento, nesta Casa, por um processo totalmente invertido. Porque, ao invés de se discutir uma proposta para encaminhar as so-

luções para a crise econômica, social e política do País, e após isso discutir-se o processo de escolha do mandatário da Nação, iniciou-se pelo fim, pelas amizades pessoais, pelos interesses de grupo, pelas definições de compromissos de compadrio. Definiram-se os homens, esqueceram-se as propostas e alijou-se a própria população da consulta sobre o que deveriam ser os caminhos para a construção do seu futuro.

Sr. Presidente, creio que ainda é hora de, afastados um pouco esses personalismos, de afastada um pouco a discussão panfletária e emocional, de buscarmos nesta Casa, depositária hoje das maiores esperanças deste País, um país de desiludidos, de desencontrados, de desesperançados, mas que ainda procura, ainda deseja recriar esta esperança, esta confiança e a fé nas suas instituições e nos seus homens públicos. O que se espera deste Congresso Nacional são menos palavras e mais ações objetivas, ponderadas, equilibradas e sóbrias, dignas e ativas do momento histórico que estamos vivendo, no sentido de conduzir esta Nação ao reencontro consigo mesmo, com seus valores mais caros, com a sua identidade, acima das vantagens e interesses pessoais, acima de grupos, partidos e ideologias.

Neste momento, Sr. Presidente, não deve haver em cada parlamentar o seu partido, porque o único partido que deve prevalecer, neste momento difícil, histórico que estamos vivendo, este partido é o Brasil. E só decisões sóbrias, equilibradas, ponderadas, fora desses interesses menores, fora do pragmatismo irresponsável e da miopia que obscurece as preocupações maiores com os destinos e o futuro deste País, só com essa nova postura alguma coisa pode ser reconstruída e recriada. Fora disso não há esperança. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Srs. Congressistas:

O DF Jornal de hoje publica a seguinte nota:

O embaixador do México, Antonio Icaza, anunciou ontem haver pedido formalmente ao Itamarati a prisão preventiva, para fins de extradição, do general Arturo Durazo Moreno, cuja presença num hotel do Rio de Janeiro foi denunciada na semana passada. O general Durazo fugiu do México depois de denunciado por crimes de fraudes fiscais, porte de armas, contrabando e com prisão decretada pela Justiça do Distrito Federal (Cidade do México). O pedido de prisão preventiva, que vai ser agora encaminhado pelo Itamarati à Polícia Federal, tem como base o Tratado de Extradição que Brasil e México firmaram em 1933.

Sr. Presidente, desta tribuna nós fazemos um apelo ao Itamarati e à Polícia Federal para que devolvam esse general, com a máxima urgência ao México. Porque nós temos certeza de que, no momento em que nós tivermos no nosso Brasil um Governo responsável, um Presidente da República eleito pelo povo e que todos esses escândalos que estão sendo levantados, no momento, na Nação serão apurados verdadeiramente, nós, talvez, tenhamos que usar, esse mesmo critério que o México está usando: pedir a extradição dos homens que furtaram, que roubaram e que assaltaram esta Nação e que estarão espalhados por todos os recantos deste mundo. E precisaremos trazê-los para cá, para serem punidos.

Sr. Presidente, nós temos de todas as formas, que tirar da cabeça dos brasileiros de que a cadeia foi feita para ladrões pobres, para pés rapados, para negros. A cadeia foi feita para guardar ladrões, sejam eles pobres ou sejam eles de colarinho duro. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Registro desta tribuna o recebimento de documento da CONCLAT (Conselho Nacional da Classe Trabalhadora) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), encaminhando abaixo-assinados de seus filiados.

Estas manifestações são dirigidas à população brasileira em geral, ao Governo Federal, aos Governadores dos Estados, ao Congresso Nacional, às Assembléias e Câmaras Municipais, aos partidos políticos, a todos os segmentos da sociedade, no sentido de conclamar à unidade de todas as forças vivas da Nação na Campanha Pelas Eleições Diretas para a Presidência da República.

Em nota sobre as eleições diretas para Presidente da República, os trabalhadores formam coro unânime quando declaram:

“A crise brasileira — política e econômica — precisa também de decisão política. E a decisão só será efetiva se tomada por dirigentes que tenham o respaldo popular. A necessidade é de tomada de medidas efetivas, de decisões políticas na defesa da soberania da Nação com implantação de medidas de real interesse do povo brasileiro. Tudo isso só será possível com a eleição direta para Presidente da República, passo inicial para as mudanças sócio-políticas-econômicas que o País exige.

A eleição indireta, por um Colégio Eleitoral que não representa a vontade do povo, nem foi eleito com regras definidas para a disputa presidencial, um Colégio Eleitoral cuja maioria formal não representa a maioria real expressa na última eleição que deu vitória eleitoral às oposições, não tornará possível o encaminhamento de soluções dos problemas vividos hoje pelos trabalhadores, já que não tem respaldo popular.

Diante da crise de credibilidade política, da crise econômico-financeira que abala o País e sua soberania, diante de um Colégio Eleitoral que não expressa a vontade popular, entendemos ser Fundamental a Realização de Eleições Diretas para Presidente da República, e por ela nos integraremos na mobilização de todo o povo brasileiro, esperando que os Senhores Membros do Congresso Nacional aprovem a Emenda Constitucional ora em debate”.

Desta feita, como cidadão brasileiro e autêntico representante do povo, manifesto minha posição em favor das classes trabalhadoras que reivindicam o direito de expressar sua legítima vontade, através do voto direto para Presidente da República em 1985.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos que vir à tribuna para protestar contra o clima de coação que paira sobre o Congresso Nacional.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o isolado e solitário grupo palaciano, diante da inexorável vontade popular de restabelecimento das eleições diretas, pratica uma série de atos preparatórios no sentido de criar, de fomentar, de estabelecer um clima de intranquilidade e de intimidação às vésperas da decisão histórica que haverá de ser a aprovação por esta Casa da Emenda Dante de Oliveira.

Eu não diria, Sr. Presidente, e jamais direi, que foi o Exército brasileiro, como um todo, que cercou, ontem, o Congresso, com soldados embalados, porque o Exército brasileiro tem tido, ao longo de nossa História, uma vocação democrática. Eu não diria que foi o chefe, um chefe que não representa o pensamento da maioria que, mais uma vez, exorbitou nas suas funções. O mesmo que lacrou as dependências da Ordem dos Advogados, Seção de Brasília, o mesmo que se investiu numa posição beligerante durante a decretação das infundadas medidas de emergência que propiciaram a aprovação do Decreto-lei nº 2.065. Não! E um General da maior respeitabilidade, que, inclusive, serviu junto ao Palácio do Planalto, o Sr. José Maria Toledo de Camargo, em artigo publicado em revista de grande circulação nacional, que, tenho certeza, calou fundo no interior dos quartéis nacionais, afirmou, dentre outras coisas, que o Exército brasileiro não é aquele que agia como agiu durante as medidas de emergência o Comandante Militar do Planalto. Agora começam as insinuações de restauração, de restabelecimento das medidas de emergência. Para quê, Sr. Presidente? Com que fundamento, Sr. Presidente?

A Constituição é clara. Diz o seu art. 158:

O Presidente da República, ouvido o Conselho Constitucional (art. 159), poderá decretar o estado de emergência, quando forem exigidas providências imediatas, em caso de guerra, bem como para impedir ou repelir as atividades subversivas a que se refere o art. 156.”

Que ameaça de guerra externa paira sobre o País? E que atividades subversivas se estariam desenvolvendo no País?

Não, Sr. Presidente, o que nós estamos vendo é o maior e mais belo espetáculo de toda a história do País, o povo nas ruas, ordeira e pacificamente, dizendo que é preciso estabelecer novamente um Governo democrático eleito pelo voto. Dizendo que não é mais possível que a elite continue elêgendo, em círculos fechados, o Presidente da República, os prefeitos das áreas de segurança nacional, os prefeitos das capitais e os prefeitos das estâncias hidrominerais. E o povo deu a demonstração cívica de um querer, de um desejar pacificamente. Por isso, Sr. Presidente, rejeitamos as ameaças, repelimos os atos preparatórios de intimidação e queremos ver este Congresso de pé, no dia 25 de abril, a escrever na história deste País o reinício de um período de profunda vivência democrática. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Guedes.

O SR. LUIZ GUEDES (PMDB — MG. pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O fato denunciado, desta tribuna, na fala do nobre Deputado João Gilberto, qual seja o cerco militar realizado contra esta Casa, no dia de ontem, revela bem a vontade negociadora entre o regime e a sociedade, entre o regime e esta Casa, revela bem a falsidade das palavras do Senhor Presidente da República quando afirma que não aceitará pressões sobre o Congresso Nacional.

O que o Presidente da República, na realidade, quer afirmar e quer impor ao povo brasileiro é o que fica expresso em seus dois últimos pronunciamentos, através da televisão, dos meios de comunicação em geral, ou seja, impor a alternativa ditatorial da eleição indireta pelo colégio eleitoral. E sua Excelência pretende fazê-lo ameaçando o Congresso Nacional, isolando-o ou tentando isolar o Congresso Nacional daqueles que o constituíram.

Este Congresso constituído pelo voto popular, não pode abaixar-se diante das manobras e das pressões. As

manobras se fazem pelo anúncio da negociação — negociação esta irreal, inexistente — e as pressões através da ameaça permanente de cerco, da instauração das medidas de emergência. Enfim, esta Casa, para que ela reconquiste a sua soberania, não tem outra alternativa: passar por cima de todas as pressões e manobras do regime, impor a vontade popular, expressa por mais de 90% de nossa sociedade, qual seja, a de eleições diretas imediatamente para a próxima sucessão presidencial.

Não nos devemos amedrontar com a história recente, não nos devemos amedrontar com as ameaças que fazem alusão aos incidentes ocorridos no nosso passado recente, como o da cassação do nobre Deputado Márcio Moreira Alves e do fechamento do Congresso, porque a sociedade brasileira, o País já não vive a mesma realidade dos idos de 68. As manifestações que se realizam, nas ruas e em praças públicas, revelam uma outra realidade — a realidade de um povo que não aceita mais a imposição e a existência, mesmo, de um regime ultrapassado, de um defunto que só tem conduzido o País à quebra da sua soberania nacional, que só tem conduzido o País a uma miséria crescente, a uma situação de desemprego de grandes massas de trabalhadores, a uma situação de abandono da juventude.

A conquista das eleições diretas não representa a solução de todos os males que corroem esta Nação, mas, será, seguramente, o selo, a definição do fim do regime militar que vitima esta Nação e que não pode merecer, de nossa parte, qualquer concessão. Se alguma negociação deve ser realizada, ela se realizará no interior desta Casa, intramuros e em contacto com a aspiração maior da sociedade brasileira, expressando-se em praça pública, e não em conchavos espúrios que são tentados entre representantes desta Casa e um Planalto desacreditado e um regime em queda, um regime moribundo, um regime que só tem uma alternativa: levar este País a um caos, cada dia maior, cada dia mais perverso, do ponto de vista da grande massa de trabalhadores, de homens simples, do povo brasileiro, de toda a Nação.

Dito isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu quero afirmar, aqui, que qualquer negociação com o Planalto significa a capitulação diante do cerco que realizaram, ontem, na votação do Decreto-lei nº 2.045, e em tantas outras oportunidades, contra esta Casa, impedindo-a de representar a vontade popular, impedindo-a, aí sim, de libertar-se das pressões ilegítimas exercida pelo Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, neste País.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As pessoas que se dirigem ao Congresso Nacional, em demanda de seus parlamentares, ou para defesa de seus direitos e interesses, têm sido submetidas ao constrangimento ilegal da retenção dos seus documentos de identidade, nas portarias das duas Casas do Congresso Nacional. Tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, o serviço de segurança, ilegalmente, procede, sistematicamente, a partir do início deste ano parlamentar, à retenção de documentos de identidade de visitantes.

Eu digo ilegalmente, Sr. Presidente, porque existe diploma legal regulando essa matéria, consubstanciado na Lei Federal nº 5.553, de 6 de dezembro de 1958, cujo art. 1º diz, *ipsis verbis*, o seguinte:

Art. 1º A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento

de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública forma

A Lei Federal nº 5.553, Sr. Presidente, tipifica como contravenção penal o ato de retenção de documento, razão pela qual submeto a V. Ex^a, à Mesa do Congresso Nacional, a presente reclamação para que faça cessar de imediato, o ato ilegal que veda, que impede que procura obstar o livre trânsito do povo brasileiro na sua Casa.

Evidentemente, Sr. Presidente, que essa providência absolutamente ilegal, absolutamente ilegítima, que vem sendo tomada pelo serviço de segurança do Congresso Nacional, se insere na obsessão de segurança que durante tantos anos atingiu este País e que agora volta a dominar, também, o Congresso Nacional.

Essa providência ilegal tem similitude com o ato a que ontem assistimos, consternados, vendo o Congresso Nacional cercado por tropas que procuravam dar uma demonstração de força a qual realmente, não vai intimidar os integrantes desta Casa e não há de intimidar, também, o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O dia 22 de março de 1984 revestiu-se de uma profunda significação para este Deputado, pois tive a oportunidade de representar S. Ex^a, o Governador Franco Montoro, no encerramento da XXXIII Convenção Nacional da Igreja Quadrangular.

E o fato se tornou mais emocionante, porque tive oportunidade de participar do culto de encerramento daquela Convenção e em cuja oportunidade assisti a ordenação de 151 novos pastores e pastaras, além de 29 aspirantes ao ministério. Confesso que nunca havia assistido caso igual.

Vi a manifestação do Espírito Santo naquela festa religiosa. Senti a graça de Deus naquele lugar. Deus se mostrava presente, com Sua manifestação dominando aquele ambiente.

Presenciei a posse da nova direção daquela Igreja e ouvi uma mensagem extraordinária e abençoante do Revdo. Jaime Palharin, além de conhecer, com muita honra, toda a diretoria da quela Organização Nacional, composta de inteligentes e dinâmicos pastores, onde o Revdo. Dr. George R. Faulker é o Presidente.

Quero nesta minha palavra, neste Congresso Nacional, homenagear e parabenizar a todos os irmãos da Igreja Quadrangular de São Paulo e do Brasil, assim como a toda aquela abençoada Igreja.

Nossos votos, como Deputado Federal Evangélico, são de grandes bênçãos de Deus a esta abençoada obra do Senhor Jesus.

Parabéns aos diretores, pastores e pastoras, além dos nossos parabéns a todos os amados irmãos em Cristo Jesus.

Contem com nosso apoio neste Congresso Nacional e que "o Senhor vos abençoe e vos guarde".

Parabéns pela Convenção e pelo progresso extraordinário e abençoante da obra do Evangelho Quadrangular.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O assunto marcante nesta Câmara dos Deputados tem sido o da comemoração do aniversário da Revolução de 1964. Conheço bem a Revolução de 1964, porque ela partiu de Minas Gerais e, com relação à política daquele

Estado, sei o que aconteceu. Na campanha eleitoral, a ordem era: Vote nos três Jânio, Milton e Magalhães. Com isto, Jânio foi eleito Presidente, Magalhães foi eleito Governador e Milton Campos perdeu as eleições para João Goulart.

João Goulart, para assumir o poder, precisou de um movimento nacional, inclusive do Governador Leonel Brizola e outros. Depois, de acordo com as Forças Armadas, adotaram no País o regime parlamentarista e Tancredo Neves, adversário de Magalhães Pinto em Minas Gerais, assumiu como 1º-Ministro. O período de parlamentarismo durou pouco tempo. Surgiu uma campanha para restabelecer os poderes do Presidente da República, chefiada por vários governadores, inclusive o Governador de Minas Gerais.

Jango no poder! O que aconteceu com ele? Ele ajudou muito Minas Gerais, ajudou muito Belo Horizonte, foi um bom Presidente com relação a obras, porque pavimentou a rodovia Rio—Bahia. Mas Jango era o herdeiro da Carta-Testamento de Getúlio Vargas, Jango representava a bandeira do trabalhismo no Brasil e precisava ser derrubado. Ele representava toda a legislação social que Getúlio Vargas implantou neste País. Então, o que aconteceu? os presidentes de sindicatos começaram a fazer movimentos grevistas contra Jango, abusando da sua bondade. E os sindicatos que fizeram movimentos — alguns simplesmente porque foram presos, vamos dizer, um foi um maquinista da Central do Brasil — hoje estão pagando caro; pagaram caro durante vinte anos, perderam os seus direitos, inclusive a estabilidade.

O que aconteceu com João Goulart? Jango era um homem bom, era um liberal, tratava a todos igualmente. Houve aquele movimento de soldados, de cabos e de sargentos. E ele tratava a todos com muita cordialidade, com respeito, como eu também os trato. Cometeu um grande erro, acho o único, do Presidente João Goulart. Foi quanto à hierarquia militar. Na hora em que aqueles elementos começaram a transformar este País numa "bagunça", ele devia ter reagido e colocado na cadeia os agitadores. Este foi o único erro de João Goulart, na minha opinião.

Terminando, Sr. Presidente, quero esclarecer que foi feita uma revolução, mas uma revolução tipicamente udenista. A UDN não assumia o Governo, a UDN não ganhava eleição. Então, a UDN, de acordo com determinados militares fez a Revolução de 1964 e apoderou-se deste País durante vinte anos, exploraram este País durante vinte anos, sacrificaram a população durante vinte anos. Houve um udenista, Carlos Lacerda, também vítima da Revolução, mas ele foi o homem que provocou a queda do regime.

Sr. Presidente, concluindo quero lembrar que, se houve erros no Governo João Goulart, as acusações que fazem a ele não são justas, porque, diante dos erros que ele praticou e os que foram praticados após a Revolução, estes são muito maiores. Eu sou um homem público que encaro com sinceridade e lealdade o procedimento dos homens públicos. Não venho aqui chamar ninguém de ladrão, ninguém de desonesto, ninguém de peculatório. A minha política é diferente. Mas devo dizer que Jango foi vítima, porque ele procurou defender o País das multinationais, caiu porque quis servir o povo, caiu porque foi um homem de sensibilidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os acontecimentos verificados, ontem, no Congresso Nacional, já referidos aqui por alguns companheiros parlamentares, na verdade decorrem de manobras para criar, para fabricar no País a paranóia repressiva,

imaginando-se que essa paranóia repressiva e as ameaças conseguirão calar a justa indignação popular que tomou conta do País. É até uma piada: um Poder decadente cercar um Poder que não existe de fato. Porque, pelo que os parlamentares desta Casa estão lutando, estão trabalhando é exatamente para que os seus mandatos correspondam à vontade majoritária que está expressa nas urnas e nas praças públicas. E é contra esta vontade que se faz essa cena ridícula, de tropas militares cercarem uma Casa tão pacata e tão vazia. É até ridículo.

Mas o País não está vazio, o País está cheio de um povo que levantou a cabeça. Qualquer aventura golpista diferente de 1968 e de 1964 colherá os seus frutos; já estão colhendo os frutos de vinte anos de ditadura. E, se quiserem aprofundar essa ditadura, colherão os frutos mais amargos, porque, diferente de 68, diferente de 64, hoje existe um povo querendo liberdade, hoje existe um povo querendo o direito de viver, hoje existe um povo querendo, acima de tudo, conquistar o direito de ser povo, enquanto agente transformador. E não serão as ameaças, as baionetas, a repressão e coisas desse tipo, no meu ponto de vista, que conseguirão calar esse sentimento profundo e autêntico que brota do nosso povo.

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, gostaria de manifestar o meu apoio à greve dos professores da rede oficial do Estado de São Paulo. Fomos informados de que a maioria da categoria encontra-se paralisada, exigindo maior valorização profissional e uma melhor remuneração dos seus serviços. Apoiamos o movimento e prestamos a nossa solidariedade à luta dos professores de São Paulo. E vemos que essa luta, dos professores de São Paulo e de outros lugares, se soma à caminhada do povo brasileiro que quer liberdade, mas quer, junto com a liberdade, o direito de viver bem, de viver decentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Não haveria, certamente, de causar espécie na rotina do atual processo político, o estrépito que as Oposições acabam de promover em torno da Ordem do Dia do Ministro do Exército, alusiva ao transcurso do vigésimo aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

É claro, Sr. Presidente, que a firme determinação de um dos mais ilustres e respeitáveis Chefes Militares, em advertir a sociedade civil para os riscos das convulsões provocadas, a exemplo daquelas que marcaram o Governo Goulart até os últimos momentos do apeiamento do poder, teria que produzir reações no cartel do saudosismo nefasto que ainda remanesce, enfurecendo a ira dos seus agentes, ao extremo de apelar para a crítica exacerbada, de linguajar chulo e impróprio de figurar nos Anais do Parlamento brasileiro.

As Ordens do Dia dos três Ministros Militares, apenas refletem o retrato de uma realidade palpável, que exige forte dose de preocupação, principalmente de parte das Forças Armadas, por suas condições de guardiães da ordem constitucional, sob a égide da qual o País se resguarda contra a baderna interna e a desordem planejada.

Só os céticos, Sr. Presidente, podem ignorar as manobras que se processam nos bastidores, onde hábeis agentes a serviço das ideologias espúrias, ou mesmo àqueles que se transformaram em fontes de revanchismos intoleráveis, atuam como manipuladores das consciências populares, incitando-as para que saiam às ruas, provoquem o tumulto e solapem os postulados revolucio-

nários, tudo com o propósito insólito de desestabilizar o Governo e apoderar-se do poder.

Na verdade, a única diferença entre o Brasil de 1964 e o de hoje, está evidenciada no espírito de unidade das Forças Armadas, e no de suas fidelidades ao Presidente da República. De resto, os personagens que pregam a desordem e a baderna; que insultam as autoridades constituídas; que se mostram irredimidos com o papel do Exército, da Marinha, e da Aeronáutica e de seus integrantes, são os mesmos de todos os tempos.

O desfile orquestral de ontem na tribuna desta Casa, de condenação ao Ministro do Exército pela lúcida e corajosa Ordem do Dia que emitiu, bem demonstra que nos aproximamos do sinal dos tempos. Que autoridade têm os censores do Ministro Walter Pires para reclamar dos termos da advertência que fez à Nação, quando apenas verdades foram ditas, de tal sorte evidentes nos nossos dias, que haveriam de ferir, como feriram os melindres de alguns poucos maus brasileiros, que a Revolução, pela prodigalidade de um processo de abertura política bem-intencionado, porém interpretado ao sabor do ódio peçonhento — não apenas populeu de castigos merecidos, mas ainda premiou-lhes com cargos eletivos de altas relevâncias nos diversos Estados da Federação e no Congresso Nacional.

Em qualquer país civilizado, Sr. Presidente, a atitude do Ministro do Exército, e de seus companheiros da Marinha e da Aeronáutica, só pode merecer o respeito da sociedade, como a maior benedictória da vigilância serena, porém imutável dos autênticos guardiães de sua tranquilidade.

Não se justificam as críticas, pautadas de contumelias e pobreza vocabular, que as baterias do saudosismo, aqui deflagraram contra o Governo e as Forças Armadas. A democracia, por liberal que seja, não autoriza o amesquinhamento do debate. Os irredimidos com os fracassos das suas próprias irreverências, que busquem argumentos sérios para convencerem as massas, mas não apelem para o vale-tudo sob a tutela da imunidade parlamentar, porque esse procedimento conspurca a tradição do Legislador Pátrio e compromete a própria dignidade do Parlamento e da sua história.

Advertimos, Sr. Presidente, que não tememos o calor dos debates, se colocados em níveis compatíveis com nossos foros de civilidade.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, gostaria de afirmar que se equivocam os que pensam que a Revolução de 1964 já se exauriu ou que já tomou o caminho da sua extinção.

Posso assegurar, em meu nome pessoal, Sr. Presidente, que este País não retornará, em nenhum momento da nossa História, àqueles dias sombrios que precederam ao 31 de março de 1964.

Por isto, quero pedir à nobre Oposição brasileira que se atenha às dificuldades da hora presente, que procure, na medida da contribuição que possa oferecer, a solução dos graves problemas nacionais, e que ao invés de se posicionar dentro de um radicalismo ortodoxo que possa produzir o sintoma da provocação, no pressuposto de que se deva pagar para ver o que possa acontecer a este País, sugeriria, que a lucidez tomasse exatamente o lugar do radicalismo; que nós pudéssemos transformar esta Casa no paladino das soluções nacionais, ajudando o Governo do Presidente Figueiredo na solução desses problemas. Como também, no projeto de consolidação da abertura democrática para que S. Excelência possa, como deseja, legar a este País, ao seu sucessor, uma democracia modelar, ao nível dos anseios da valorosa gente brasileira.

Que se tenha um pouco mais, sr. Presidente, de atenção e de respeito com a atuação das Forças Armadas e de seus integrantes. É a elas que se deve o País estar, hoje, na órbita da tranquilidade, no respeito à Consti-

tuição, caminhando a passos largos para atingir ao estágio maior da democratização. O Presidente João Figueiredo continua obstinado com a sua vocação imutável, com o seu desejo de, realmente, concretizar o projeto de abertura política. Sejamos, pois, os seus cireneus, demos a S. Excelência a nossa contribuição. Porque é preciso que fique claro, neste instante, não como uma ameaça ou uma advertência, mas como uma verdade histórica: A Revolução de 1964 permanece imutável na sua trajetória e no seu papel de transformar este País numa democracia, e não há de tolerar, e não há de permitir que se transforme esta Nação numa luta fratricida entre os seus próprios filhos e seus próprios irmãos, apenas porque o orgulho e a vaidade não permitem que o diálogo seja estabelecido para que se caminhe, realmente, com tranquilidade e segurança para o nosso grande destino.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda. Faz soar a campanha.) — Lembro a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. JORGE ARBAGE — Vou concluir, Sr. Presidente, fazendo um apelo, mais uma vez, à nobre Oposição brasileira. Neste instante dependerá muito mais dos seus eminentes Líderes do que propriamente do Governo e de nós outros, do PDS, a estabilidade e a concretização do valoroso projeto de abertura política do Presidente João Figueiredo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 15, de 1983, que revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal; e

Nº 16, de 1983, que restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra, como Líder, à nobre Deputada Irma Passoni, que dispõe de 20 minutos.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Primeiramente, o Partido dos Trabalhadores não partilha da aprovação desse decreto da Constituição da forma como está em pauta, hoje. Em segundo lugar, portanto, vota contra.

Está em debate no Partido dos Trabalhadores o que nós pensamos de uma verdadeira Constituinte: a Constituinte, realmente, é um processo de consulta ampla a todas as entidades civis deste País, a todos os órgãos oficiais e não oficiais, deste País, para que todo mundo se pronuncie do que pensa, e como quer uma nova constituição e não simplesmente impondo-a. Da maneira como ela está aí nós não a aprovaremos.

Desejo registrar também a necessidade de todos comparecermos hoje à noite, para a aprovação do Projeto de Lei que restabelece as eleições diretas para as Capitais. Considero manobra da Mesa, desta Casa, ter num prazo tão curto, de 24 horas, comunicado a esta Casa que está em pauta a votação deste projeto.

O Partido dos Trabalhadores estará todo presente, mas há necessidade de que toda a Oposição se faça presente, que todo o grupo do pró-diretas comprove se realmente quer a restauração das eleições diretas neste País em todos os níveis, em que nós nos empenhamos ainda hoje, à tarde, de convocar a todos para estarmos presen-

tes. Considero que a não aprovação das eleições diretas para as Capitais continua sendo um retrocesso na conquista das eleições diretas também para Presidente da República.

A seguir, gostaria de salientar, nobre Deputado Jorge Arbage, que a desordem planejada neste País não foi feita pela Oposição, e nem pelo povo brasileiro. A desordem social é instaurada a partir da Revolução de 64, que introduziu neste País um processo de desemprego constante, de miséria constante, de não política da saúde, de não política de benefício à moradia, à sobrevivência do povo brasileiro, à construção do povo brasileiro. A verdadeira desordem social é introduzida quando não se faz a verdadeira reforma agrária, mas sim uma reforma agrária de concentração de terra, e não de distribuição de terra. Uma reforma agrária que produza como efeito o verdadeiro desencadear de produtos agrícolas, com mesas fartas para todos os que compõem esta Nação, os 120 milhões de brasileiros. Portanto, se as Forças Armadas não acobertarem um verdadeiro desenvolvimento do povo brasileiro, como é que agora se diz como força protetora do povo brasileiro? Ela não foi! E tenho certeza de que nem todos das Forças Armadas pensam aquilo que o nobre Deputado Jorge Arbage colocou aqui hoje. Tenho certeza de que questionam essa política implantada a partir de 1964, e que se quer corrigir os desvios que nela tem. Sei que muitos querem que o único processo possível de correção dessa política, que introduziu realmente a desordem da fome, da miséria — porque não é possível que hoje tenhamos no Brasil 3 milhões e 500 mil pessoas morrendo de fome, não é possível continuarmos essa política pior do que uma guerra declarada — a desordem instaurada, institucionalizada: seja corrigido. E não é porque aqui Deputados denunciam essa desordem institucionalizada, a necessidade de mudar essa política brasileira em todos os níveis, em todos os setores — realmente punindo a corrupção institucionalizada neste País — que agora venham novamente com ameaças de fechamento, de presença de policiais. Realmente queremos que as Forças Armadas estejam presentes na hora da defesa dos direitos do povo, na conquista real da defesa do povo brasileiro em todos os níveis, no direito à terra, no direito à vida, no direito à educação, no direito à saúde pública, no direito de trabalhar que hoje não se tem mais. Hoje vemos centenas de processos condenando trabalhadores que procuram emprego por vadiagem. Como é possível se o Governo não garante o direito a emprego, a um salário de desemprego, e ainda prende trabalhadores, porque procuram emprego?

E ainda se faz uma propaganda extrema de que estamos retornando a uma política de emprego no Brasil, e que se tem que combater a inflação. Unamo-nos para combater a inflação. Chego a duvidar muito, e a este Congresso cabe fazer uma pesquisa séria dessa propaganda, quando a realidade é outra, porque continuam as filas imensas à procura de emprego. A FIESP divulga dados de que diminuem as chances de emprego para o Brasil, e de repente, magicamente, se diz que estamos na retomada do crescimento brasileiro. Sou da política, e não daquela de que “quanto pior, melhor”, mas quem nos dera retomar realmente o crescimento, mas em cima de realidades e não em cima de falsidades, como está se fazendo na propaganda. Na prática, quando o trabalhador vai procurar emprego tem que pagar para receber uma vaga. Hoje, em São Paulo, o próprio SINE de Santo Amaro, a região em que vivo, nos denunciou de que as vagas nas empresas estão sendo vendidas. Se um trabalhador já está desempregado há tanto tempo, como é que pode ainda comprar uma vaga para poder trabalhar? Portanto, a desordem está institucionalizada neste País não por culpa do povo brasileiro, nem por culpa da Oposição, mas por causa dessa política que foi implantada e que foi protegida por forças que aí estão.

Volto a dizer da necessidade de que, nesta Casa, hoje à noite estejamos presentes para realmente aprovarmos as eleições diretas para as Capitais. É necessário estarmos todos aqui presentes. Oposição e Situação. Queremos a democracia verdadeira neste País, ou não queremos? Essa abertura vai se dar ou não vai se dar? Nisso incluímos até o PDS. E não como temos constantemente encerrado sessão por falta de **quorum**, quando temos na fila dezenas e dezenas de decretos-leis. Porque, hoje, mais do que nunca, o Brasil está sendo governado por contínuos decretos-leis, um após outro; 99% da legislação que passa por esta Casa é de decretos-leis e não projetos de leis de parlamentares, por iniciativa desta Casa, do Senado e da Câmara Federal.

Portanto, a nossa responsabilidade, de todos os parlamentares, desta Casa, é hoje estarmos aqui presentes, às 18:30 e 19 horas, para aprovação da proposta de emenda restabelecendo as eleições diretas para as Capitais. Esse é mais um passo, mais uma conquista em direção às eleições diretas para Presidente da República. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío de Souza, como Líder

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Era nossa intenção, nesta oportunidade regimental, fixar apenas a posição da nossa Bancada em relação à proposta de Emenda Constitucional nº 11, que hoje está sujeita à discussão pelo Congresso Nacional.

No entanto, antes de expressar as breves e claras posições, sustentadas a propósito desta proposta de emenda, queremos aduzir algumas observações sobre o pronunciamento feito pelo nobre Líder da Bancada do Governo, nesta Casa, Deputado Jorge Arbage, que se ocupou das críticas feitas a propósito do teor da última Ordem do Dia do Ministro do Exército.

O nobre Deputado Jorge Arbage acaba com seu fervor, convertendo-se um veidadoiro procurador da caserna. E no afã de sustentar posições, que não merecem a anuência da maioria da Nação, extrapola os limites de uma observação crítica que poderia ser admissível. A impunção feita à fala do Ministro do Exército não se circunscreveu apenas ao âmbito das duas Casas do Congresso Nacional. Quem leu os jornais, do último fim de semana, desapareceu-se com um farto material noticioso, onde jornalista insuspeitos faziam a avaliação das linhas centrais dessa Ordem do Dia, repetitiva, provocatória, acima de tudo, desnecessária nesta conjuntura dramática em que o País se prepara para dar o grande salto institucional, aprovando a eleição direta para a Presidência da República.

Eu traria à colocação, para que sobre os meus argumentos não recaísse a pecha do facciosismo, o que disse o jornalista Jomar Moraes, num editorial encimado pelo título: "Figueiredo recua para o mar das tormentas". O editorial todo versa sobre o teor da ordem de serviço do Ministro do Exército. O ilustre jornalista aponta o recuo de Figueiredo como consequência direta da intromissão do Ministro do Exército, na condução do processo político. Esse recuo para o mar das tormentas, vale dizer, uma involução no sentido do ingresso, num momento de trepidação, de turbulência institucional, é atribuído pelo jornalista a estas advertências, entre aspas, que teriam sido feitas pelo General Pires, contra o anunciado propósito do Presidente da República, de elaborar uma emenda constitucional de caráter mais amplo, mais substancial do que a própria emenda de autoria do Deputado Dante de Oliveira. Teria o Ministro do Exército saído a campo, servindo-se da sua Ordem do Dia, para alertar

sobre aquilo que, na opinião, é inconveniente no momento. É inconveniente, na sua opinião, introduzir modificações institucionais profundas, mas a inconveniência do Ministro é a conveniência do povo. Esta é a realidade. O Ministro deve ter presente uma regra fundamental, que é política, que é jurídica, e está esculpida no art. 1º da Constituição: "Todo poder emana do povo, e em seu nome será exercido". Ele não pode invocar o direito de exercer sobre a Nação esta tutela, ditando-lhe os rumos, ou impondo-lhe, pela intimidação, recuos que o povo não deseja. A menos que, Sr. Presidente e Srs. Congressistas — sei que V. Exª, Deputado Jorge Arbage, não terá coragem para tanto — alguém se anime a propor aqui uma emenda constitucional, mudando o art. 1º da Constituição, para, ao invés de assegurar ao povo fonte de onde promana todo o poder para legitimar as instituições políticas, se diga: "todo poder emana das Forças Armadas, e em seu nome será exercido". Ai, então, a conversa será diferente. Mas, por enquanto, a profissão democrática que não renegamos, obriga-nos pelo menos a repelir esta advertência do General Pires. Não compete a S. Exª, como Ministro do Exército, servir-se de uma ordem do dia para mandar recado à Nação.

O Sr. Luiz Henrique — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÉLIO SOUZA — Pois não.

O Sr. Luiz Henrique — Ilustre Deputado Lélío Souza, o nobre Líder do Governo, Deputado Jorge Arbage, com a eficiência que lhe é reconhecida, no defender o indenensável, é incapaz de fugir ao cometimento de um grave equívoco. S. Exª diz que a Revolução continua porque não permite uma volta ao passado, porque não admite o retrocesso, e esse é um erro semântico, histórico, de profunda gravidade. Na verdade, o retrocesso foi provocado pelo Movimento de 64, que foi, na verdade, um movimento reacionário a conquistas populares que estavam por se cristalizar: o caso da reforma agrária, que foi reconhecida, recentemente, pena que 20 anos após, pelo Ministro Danilo Venturini, como essencial à restauração da justiça social do Nordeste; o caso do controle da remessa de lucros, que era o passo inicial para impedir a desnacionalização da nossa economia, hoje, gritante, escancarada; o caso das conquistas sociais dos trabalhadores, de uma estabilidade que tendia a se tornar mais eficiente. Quando se caminhava para a participação dos lucros, veio uma legislação contrária, impedindo a pressão dos trabalhadores através do direito de greve, criando a legislação do fundo de garantia, que permitia uma absurda rotatividade do emprego e levava a família do trabalhador ao desassossego. E por aí afora. Se não tivesse ser breve o meu aparte, ficaríamos alegando uma série de conquistas sociais para as quais caminhava a nossa democracia, que deixava de ser uma democracia eminentemente liberal para ser uma democracia justicialista, que aprofundasse o conteúdo social, no capítulo reservado à ordem política e econômica. A Revolução sim, a chamada Revolução foi um retrocesso, e não estamos patrocinando a volta ao passado, mas, sim, a superação desse período retrocessor, para que o Brasil continue à frente, preservando os direitos fundamentais ao homem.

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÉLIO SOUZA — Já darei o aparte a V. Exª, nobre Deputado Farabulini Júnior, logo após me referir ao aparte ilustrativo e oportuno do Deputado Luiz Henrique.

De fato, quem lançar os olhos sobre o passado mais recente de nossa história, especialmente neste período atribulado de 20 anos, verificará que aquilo que muitos eufemisticamente denominam de revolução, de fato foi uma contra-revolução, porque se operava, na oportuni-

dade histórica de sua deflagração, um impressionante movimento de mobilização nacional, coordenado pelo Governo, visando à implantação daquilo que se denominava, à época, de reformas de base, transformações sociais e econômicas reclamadas para a abertura de um caminho que possibilitasse a materialização dos anseios de justiça social.

A contra-revolução, o golpe militar de 64 se contrapôs a isto, estratificando o País, e os resultados estão aí hoje. Quando V. Exª, Deputado Jorge Arbage, alega que os movimentos populares são feitos com a finalidade precípua de desestabilizar o Governo, louvando em expressões ou afirmações semelhantes feitas pelo Ministro do Exército em sua ordem de serviço, comete um grave equívoco, associa-se a ele no cometimento desse erro, porque, hoje, quem quer que olhe a realidade social que nos cerca, o que desestabiliza o Governo é exatamente os maus resultados sociais e econômicos deste mesmo Governo. Um Governo mede-se pelo sucesso no encaminhamento de uma política econômica. Se a política econômica estivesse produzindo frutos, estivesse assegurando hoje uma prosperidade econômica e uma tranquilidade social, fruto da justa repartição das riquezas geradas, evidentemente que este Governo estaria sendo consagrado pela opinião pública.

O que há hoje, por trás desta formidável, impressionante e comovente mobilização nacional em favor das eleições diretas, já, é este anseio irreprimível de mudar este estado de coisas. É porque o povo, na sua intuição política, associou a eleição direta a uma Mudança da política econômica. Sem ela nós não teremos mudança qualquer. Dar-se-á, neste poder, que se revê há 20 anos mais um revesamento dentre as tantas figuras que se acostumaram a desfrutar do País como se o País fosse um condomínio fechado em benefício de poucos. Quem desestabiliza o Governo não são os movimentos populares reivindicatórios de maior liberdade política e de reforma das instituições, para que o povo delas possa participar. Quem desestabiliza o Governo é o fracasso do Governo, são os maus resultados sociais, são os maus resultados econômicos, atestados, inclusive, pelo Ministro do Estado-Maior das Forças Armadas, que, numa entrevista, revelou um do espantoso, nobre Deputado Jorge Arbage e Srs. Congressistas, dado esse que atesta o espantoso índice de dispensa de jovens recrutados para a prestação do serviço militar. Anualmente estão sendo dispensados, por falta de aptidões físicas e mentais, 45% dos jovens que são chamados ao alistamento militar. Por que são dispensados? Porque esta inaptidão física, esta inaptidão mental, é decorrência imediata da subnutrição, da fome, enfim, da insegurança social que lavra na sociedade brasileira.

O Sr. Farabulini Júnior — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Lélío Souza?

O SR. LÉLIO SOUZA — Com muito prazer, nobre Deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Deputado Lélío Souza, V. Exª está atentando exatamente para o fulcro do grande problema nacional. Quando nas aulas um professor de Estudos Brasileiros se pergunta: "como vou fazer para pronunciar a primeira aula?" Ele há de distinguir entre antes de 64, depois de 64. Anteriormente a isto, os professores diziam: antes de 1930, depois de 1930. A neste enfoque histórico não há dúvida nenhuma de que qualquer professor de aula de Estudos de Problemas Brasileiros ensina que nestes vinte anos este País sofreu realmente um aviltamento, primeiro da sua dignidade; segundo, as empresas, as nacionais, as brasileiras, as grandes, as médias e as pequenas empresas sofreram um achatamento total, desapareceram do mercado, das negociações; terceiro, o proletariado, a grande massa, perdeu o seu

poder aquisitivo, e a classe média desapareceu. Este é o quadro dramático que trouxe para cá, nestes vinte anos, fome, miséria, desemprego. Mais do que isto, malversação dos dinheiros públicos, a corrupção desenfreada, tão decantada aqui, decantada pela rádio tal, pelo jornal qual, o Brasil inteiro conhece. Só o Deputado Jorge Arbage não sabe. Apelo agora para os militares neste aparte que V. Exª me concede. Aproveito o ensejo para apelar agora aos militares. Já não estou mais fazendo críticas, já não estou mais acirrando os ânimos. Agora estou apelando aos militares honestos, incorruptíveis, para que ouçam a nossa voz, se coloquem ao lado do povo, ao lado dessa marcha democrática que pleiteia e implora pelas eleições diretas, para que haja reformulação total da estrutura política e econômica brasileira, para que fiquem ao nosso lado nesta trincheira contra a corrupção, contra os Delfins da vida, contra os Langónis da vida, contra os Galvêas da vida, que na área econômica conspurcaram a nossa honra e criaram um caos para este País.

O SR. LÉLIO SOUZA — Nobre Deputado Farabulini Júnior, agradeço o aparte de V. Exª, que acresce subsídios à apreciação que faço sobre o pronunciamento do ilustre Deputado Jorge Arbage. Para encerrar esta primeira parte da minha intervenção, diria que a advertência feita pelo Sr. Ministro do Exército à sociedade civil é descabida. Em qualquer país civilizado, democrático, em que se tomasse conhecimento de que um Ministro de Exército viesse a público advertir a sociedade civil, esse ato seria de imediato rechaçado pelo vigor de uma reação cívica saudável, calcada em cima de uma profunda formação democrática, caso não caísse no ridículo. Imaginem, por hipótese, se nos Estados Unidos da América de repente o Secretário da Defesa, que coordena o setor das Forças Armadas, viesse a público fazer uma advertência à sociedade americana contra determinada mobilização por ela intentada com vistas à recuperação de direitos ou à expansão de direitos — o que isto representaria? Um ridículo atroz. Seria capaz de levar o Ministro à sua exoneração. Aqui, no entanto, nesta democracia relativa, tornaram-se usuais as manifestações desse teor, a intromissão indevida do Ministro do Exército nos assuntos políticos da Nação.

Não confundo Ministro com o Exército. Ele é o Ministro, ele desempenha uma função político-administrativa, mas, mesmo no conteúdo de atribuições nela compreendidas, não lhe dão o direito de fazer esse tipo de advertência. Ainda mais quando ela é injusta, imprecisa e, por ser injusta e imprecisa, adquire um nítido e indistigível conteúdo provocatório.

São por essas manifestações que outros que não têm a mesma formação, baseando-se na proliferação do mau exemplo não reprimido, aodadamente assumem posturas que também são objetos de condenação da opinião pública, da Nação e dos partidos políticos com compromisso democrático irreversível, como é o caso acontecido há pouco, dessa guarda à frente do Congresso Nacional, a pretexto de oferecer segurança aos Reis da Suécia, que ontem visitaram esta Casa.

São essas atitudes que provocam as outras, num grau cada vez mais exasperado de violência, de agressão à sociedade civil, e de falta de respeito à liberdade, da cidadania, que deve ter assegurado o direito de se organizar e se manifestar conforme as aspirações dominantes num dado momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Nobre Deputado Lélío Souza, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. LÉLIO SOUZA — Concluo, Sr. Presidente. Com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1983, "que dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte de 1º de janeiro

de 1985 a 30 de janeiro de 1987", a posição da Bancada do PMDB é pela sua rejeição.

Teríamos razões doutrinárias para justificar esta posição. No entanto, sucintamente, referiremos que o Poder Constituinte no Direito Constitucional e na tradição política do País para a elaboração de uma nova Constituição somente decorre da vontade popular, mediante a eleição de delegados específicos.

Por isso, é princípio programático do PMDB a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para a reposição das instituições. A transformação do atual Congresso Nacional numa Assembléia Nacional Constituinte é uma contrafação dentro da Constituinte, é um mero expediente político para desmobilizar uma reivindicação fundamental do povo brasileiro, hoje protagonizada pelo PMDB. (Muito bem!)

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, como Líder.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ouvi com minha peculiar atenção as explicações do eminente Líder do PMDB. S. Exª, como seguindo o exemplo dos demais exponenciais do seu Partido, procura, através de argumentos evidentemente frágeis, sustentar a ilegitimidade da participação das Forças Armadas no resguardo soberano da Constituição Federal.

Diz S. Exª que o § 1º do art. 1º da Constituição testifica que

Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido:

Evidentemente, Sr. Presidente, todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Mas, perguntaria ao nobre Líder do PMDB se as eleições indiretas pelo sistema de um Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República não têm a autenticidade da legitimidade popular.

O Sr. Lélío Souza — No caso, não tem.

O SR. JORGE ARBAGE — Perguntaria a S. Exª se as eleições indiretas apenas são espúrias e ilegítimas no Brasil e não o são no berço da democracia universal, os Estados Unidos da América?

Onde, Sr. Presidente, o art. 2º, com a redação que lhe deu a Emenda nº 12, criou o Colégio Eleitoral, tão igual e tão semelhante ao nosso. Eu diria a V. Exª que nós copiamos o modelo americano.

Ora, no instante em que o Presidente da República vai à televisão e diz que...

O Sr. Luiz Henrique — Permite-me V. Exª um breve aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — ...ali que está para cumprir a Constituição, Sua Excelência está sendo de uma coerência extraordinária, porque é seu dever cumprir a Constituição. Quando um Ministro militar do porte de um General Walter Pires, homem sério e reconhecida credibilidade, vocação inata para a vida castrense, toda uma existência dedicada ao Exército brasileiro, quando S. Exª diz que cumpre a Constituição está definindo o papel global das Forças Armadas.

O Sr. Luiz Henrique — Permite-me V. Exª um breve aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Aí de nós, Sr. Presidente, no dia em que um Ministro militar disser publicamente

que sua pasta não está ali para cumprir a Constituição. O teto do Congresso Nacional desabaria, as Oposições ferveriam no seu protesto, porque não estão ali o Exército de Caxias, a Marinha de Tamandaré e a Aeronáutica de Santos Dumont para cumprir a Constituição.

O Sr. Luiz Henrique — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Já darei a V. Exª o aparte.

Qual o papel das Forças Armadas, Sr. Presidente, se não de guardião da soberania nacional, defensoras intransigentes e imutáveis da Constituição?

Ora, Sr. Presidente, clama o pecado dos céus a Oposição, hoje, se rebelar contra a Constituição e chamá-la de espúria, de outorgada, de ilegítima, de irregular. Clama...

O Sr. Lélío Souza — Ela é outorgada.

O SR. JORGE ARBAGE — Pelo protesto da consciência nacional as Oposições afirmaram que o Colégio Eleitoral é um Colégio espúrio.

Em 1978, Sr. Presidente, a cantilena não tinha tonalidade diferente. Era o mesmo bandolim, e para os mesmos acordeões a dizerem, aqui e alhures, que o Colégio Eleitoral era espúrio, como espúrio — e agora eu coloco aspas — era o "regime militarista".

Para surpresa nossa, perplexidade do Congresso Nacional, Sr. Presidente, quando chegamos em 1978 lá estava a nobre Oposição brasileira rija, na defesa do regime militarista e defendendo as eleições indiretas, e não só defendendo, Sr. Presidente, participando.

O homem que hoje chama o Colégio Eleitoral de espúrio, o nobre Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, já foi um anticandidato nas eleições do mesmo Colégio.

O Sr. Luiz Henrique — Ele foi um anticandidato, mas anticandidato-denúncia.

O SR. JORGE ARBAGE — Pois bem, se tivesse saído vitorioso o anti desapareceria, e S. Exª estaria preparando o fato para assumir o Palácio do Planalto.

O Sr. Luiz Henrique — Ele sabia que não tinha nenhuma chance.

O SR. JORGE ARBAGE — Pois bem, Sr. Presidente, o que nós estamos aqui para condenar é exatamente a ambiguidade das posições.

O Sr. Luiz Henrique — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Eu ouvirei V. Exª com todo o prazer.

O Sr. Luiz Henrique — Mas é que o tempo de V. Exª vai acabar

O SR. JORGE ARBAGE — Não, eu tenho 20 minutos. V. Exª vai ver, Sr. Presidente, com os olhos que Deus lhe deu, no 15 de janeiro de 1985 a Presidência fazer a chamada dos eleitores do Colégio Eleitoral do lado de lá, e todos eles responderem uníssonos, claro que com as defasagens que vão ocorrer, porque muitos realmente não são contraditórios, mas muitos vão dizer, "Fulano-detal-dos-anzóis", e este é o candidato das Oposições.

Então, Sr. Presidente, nós condenamos aquele vocabulário chamado *leviandade* nas posições. Já indaguei aqui a eminentes Líderes que contestam as eleições indiretas se eles estão predispostos a vir ou não vir votar aqui no Colégio Eleitoral que é espúrio. Dois, ou três, me disseram — Eu não virei. E a maioria silencia na hora da resposta. O que é um fato natural, porque o PMDB está com as eleições diretas até 25 de abril, mas por trás dos bastidores já se articulam as candidaturas...

O Sr. Luiz Henrique — Não é verdade.

O SR. JORGE ARBAGE — Eu gostaria, Sr. Presidente, que, realmente, não fosse verdade. Gostaria que Cristo me ajudasse nisso, porque, aí, nós concorreríamos aqui sem nenhum receio de resultado insatisfatório. Mas a verdade, Sr. Presidente, é que isto já está em articulação, talvez o nobre Deputado Luiz Henrique não saiba porque é um homem de boa fé e eu sei que é um homem sério, talvez o Deputado Lélho Souza, que é um homem sério também, não saiba, porque isto se chama conchavo das cúpulas, lá de cima. Mas, veja, Sr. Presidente, vamos ver, aqui, toda a Bancada do PMDB e das nobres Oposições votando no seu candidato indireto.

E se eu não fosse realmente um homem de grande experiência na vida pública, que conheço as fraquezas humanas, que sei que nem todo aquele que leva a mão ao peito diz "Senhor, eu entro no reino dos Céus", eu estaria perplexo. Mas, não, vou olhar os meu queridos companheiros do outro lado com um olhar natural de que S. Ex^a estão participando de um processo democrático na escolha de um candidato democrático. Porque, Sr. Presidente, nós não estamos, absolutamente, preocupados...

O Sr. Jorge Carone — Sr. Presidente, o tempo do orador está esgotado...

O SR. JORGE ARBAGE — Sr. Presidente, não posso ser interrompido.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Então, eu estarei, sinceramente, aplaudindo, mas aplaudindo de alma, coração e corpo, a nobre Bancada do PMDB quando vier participar das nossas eleições. Porque posso assegurar a V. Ex^a agora: a eleição para Presidente da República se processará segundo o espírito vigente na Constituição atual — é o sistema indireto, e quanto a isto o Senhor Presidente da República fez a advertência tempestiva. Nós fomos eleitos em 1982 para cumprir essa missão. Se ninguém disse, se ninguém explorou, se ninguém usou de argumentos nos comícios é porque não quis. Mas quando estávamos disputando as eleições de 1982, está explícito e implícito que nós éramos os futuros eleitores do Colégio Eleitoral...

O Sr. Luiz Henrique — Consulto V. Ex^a se pode conceder-me um aparte.

O SR. JORGE ARBAGE — ... Que vamos eleger o futuro Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, é de se repelir, com todo o respeito que me merece o eminente Líder do PMDB, a

insinuação de intromissão indébita do Ministro do Exército, ou que fosse da Aeronáutica, ou que fosse Marinha, no resguardo da Constituição. Este é o papel das Forças Armadas e tenho certeza, Sr. Presidente, que elas vão cumprir...

O Sr. Luiz Henrique — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. JORGE CARONE — Assim não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Só serão permitidos apartes com a concessão do orador.

O Sr. Jorge Carone — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. São 13 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Não é permitido conceder a palavra pela ordem, no tempo do orador.

O SR. JORGE ARBAGE — Vou concluir, Sr. Presidente, porque quero um bem extraordinário ao nobre Deputado e também vou conceder o aparte a S. Ex^a

Sr. Presidente, as Forças Armadas vão cumprir a sua missão, como a tem cumprido até hoje. Se isso desagradar, se isso, realmente, arrepia o saudosismo, aí é problema pessoal de cada um. Mas de uma coisa a Pátria esteja certa: na caserna onde elas se encontram, sempre na vanguarda da nossa segurança, da nossa ordem e do nosso progresso, as Forças Armadas do Brasil, sob o comando desses três Ministros militares que aí estão, com a sua fidelidade ao Presidente Figueiredo, vão, realmente, garantir a ordem e a tranquilidade para a nobre família brasileira.

O Sr. Luiz Henrique — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Pois não, ouço com todo prazer, o aparte de V. Ex^a

O Sr. Luiz Henrique — Nobre Deputado Jorge Arbage, V. Ex^a, mais uma vez, comete vários erros. Em primeiro lugar, ao dizer que os Estados Unidos são a pátria da Democracia...

O SR. JORGE ARBAGE — V. Ex^a é quem diz.

O Sr. Luiz Henrique — ... V. Ex^a concede passaporte de Tio Sam a Platão, Aristóteles, Sócrates, que teorizaram a célebre Democracia ateniense, ou para Rousseau, Diderot, D'Alembert que fizeram a Revolução Francesa. V. Ex^a comete outro grave erro ao dizer que nos Estados Unidos a eleição é indireta, quando o processo norte-americano é muito diferente, muito dessemelhado do nosso e há uma participação popular em todo o processo

de votação. E o terceiro erro que V. Ex^a comete é no sentido de dizer que o Colégio Eleitoral foi eleito para eleger o Presidente da República. Ora, estão nesse Colégio Eleitoral Senadores nomeados e aqueles eleitos em 1978 que não tinham essa outorga, quando não havia o preceito constitucional do Colégio Eleitoral previsto para esse pleito. Por isto, V. Ex^a comete erros e são erros fundamentais que merecem reparo, nesta tribuna.

O Sr. Jorge Carone — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Já ouvirei V. Ex^a

O nobre Deputado Luiz Henrique, Sr. Presidente, é quem, exatamente, incorre no equívoco. A eleição nos Estados Unidos se processa por um Colégio Eleitoral. Dou até o artigo da Constituição — art. 2º, alterado pela redação da Emenda nº 12. Veja V. Ex^a que eu sou um professor que facilita o entendimento do aluno.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, os Senadores biônicos não estão apenas no PDS, estão também do lado de lá, e eu considero descortesia do eminente Líder do PMDB atingir pejorativamente os seus próprios companheiros de Bancada.

O Sr. Jorge Carone — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Com prazer.

O Sr. Jorge Carone — Queria esclarecer a V. Ex^a que a comparação que V. Ex^a faz da Constituição brasileira com a americana é muito longe, a diferença é muito grande. A Constituição americana ainda é a mesma de Abraham Lincoln, e nós já tivemos umas seis ou sete.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, eu concluo agradecendo a gentileza de V. Ex^a na tolerância quanto ao tempo e dizendo que, graças a Deus — mas graças a Deus, mesmo — hoje o Brasil tem, na unidade de ponto de vista e de idealismo das suas Forças Armadas, a segurança e a garantia da tranquilidade da sua sociedade civil. Graças a Deus que, hoje, este é o retrato que nós podemos mostrar, sem nenhum receio, a toda a sociedade brasileira.

Peço a V. Ex^a que suspenda a sessão por falta de quorum. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Ex^a será atendido, de acordo com o § 2º do art. 29, do Regimento Interno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 6 minutos.)

Ata da 40ª Sessão Conjunta, em 4 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Mil-

ton Cabral — Adêrhal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo —

Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming —

PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcelio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões

— PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uliesses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guarirôba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz —

PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugoardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratinê de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 462 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A pauta da sessão de hoje, neste Congresso Nacional, é da mais alta importância e significação para a população brasileira. É que se discutirá aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, matéria que envolve a libertação política, a autonomia para o Distrito Federal, permitindo-lhe que mantenha representantes do povo com assento no Senado da República e na Câmara dos Deputados, e bem assim a eleição de seu Governador. Por outro lado, os municípios brasileiros terão, também nesta noite, acertada sua vida como autônomos politicamente.

Mas, não nos esqueçamos, Srs. Congressistas, de que a verdadeira pauta para a libertação nacional, que o verdadeiro caminho para que nos encontremos, representantes do povo, com o povo que nos elegeu é indubitavelmente a emenda que devolve à Nação brasileira a eleição direta para seu Presidente. E tudo o mais que se pretender trazer à liça, à colação e à discussão terá evidentemente nosso apoio, votaremos favoravelmente. Mas não vamos aceitar apenas as eleições para as Capitais e a autonomia para a Capital Federal, porque entendemos como prioridade absoluta a devolução à Nação da eleição direta para seu Presidente da República. Porque primeiro é o primeiro dos degraus; segundo é o segundo dos degraus; terceiro é o patamar. E o primeiro dos degraus que este Congresso Nacional tem de alcançar é a eleição direta para o seu Presidente da República.

Acena o atual Presidente João Baptista Figueiredo com eleições diretas para mil e novecentos e não sei o quê, ora 1990, ora 2000. Não se sabe se Deputados e Senadores da República, com assento nesta Casa, estarão vivos, sobrevivendo à época em que tais proposições sejam votadas neste Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente Moacyr Dalla, V. Ex^a, que tem mostrado alto espírito público, V. Ex^a tem, na trajetória da sua vida, evidentemente na sua esteira, a grande oportunidade para fazer sentir aos seus pares do Congresso Nacional que a emenda para as eleições diretas para Presidente da República, deverá ser votada — diretas e já — agora e não para as calendas gregas como apregoa o Presidente da República, João Baptista Figueiredo e que, na verdade, encontra guarida em alguns poucos Deputados do Partido Democrático Social, contra guarida aqui nesta Casa, estes que são representantes do povo, com os quais precisamos ainda estabelecer a grande ponte que leva a política, a verdade histórica, e que representa, indubitavelmente, o primeiro passo que constitui as eleições diretas para Presidente.

Votaremos pelas eleições diretas para os prefeitos das Capitais brasileiras. Não há dúvida alguma de que pretendemos, também, dar ao Distrito Federal, sua autonomia política. É isto que vamos fazer daqui a pouco, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Encaminho a V. Ex^a, Sr. Presidente, completando esta comunicação, ofício que recebo para que seja encaminhado à publicação nos Anais. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FARABULINI JÚNIOR EM SEU PRONÚNCIA-MENTO:

Senhor Presidente, Srs. Congressistas:

Trago para V. Ex^s excelente trabalho de um paulista, Adelino Boralli, idealista, seguro, administrador dos

mais eficientes e que colabora com a Nação nesta hora de grande dificuldade, nesta hora de preocupação.

O autor deste trabalho registra em sua folha de serviços, entre outras, as seguintes realizações:

a) fundador de cidades — no Estado do Paraná, dotando-as de todas as necessidades de infra-estrutura de apoio, para o seu perfeito desenvolvimento;

b) executou vários programas rurais de ocupação econômica integrada, com seus respectivos pólos de desenvolvimento;

c) pioneiro, e bem sucedido, no planejamento, lançamento e realização para a formação de inúmeras entidades de caráter associativo e recreativo, no Brasil e no exterior;

d) entusiasta cívico de estudos e sugestões para a solução de problemas nacionais, tendo apresentado, em épocas anteriores, trabalhos para as autoridades competentes, na área federal e estadual.

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tenho certeza de que as comissões técnicas permanentes apreciarão a matéria que é da mais alta significação. É Boralli idealista e probo, é idealista e de rara capacidade. Assim rogo mandar publicar.

— AGOSTO DE 1983 —

PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO APRESENTADO PELO SR. ADELINO BORALLI AO GOVERNO E AUTORIDADES, A TÍTULO DE COLABORAÇÃO

Objetivos

- Aliviar as tensões sociais reinantes
 - Oportunidade de trabalho e autonomia
 - Deslocamento do excedente humano desempregado para a área rural
 - Transformar o consumidor em produtor
 - Aumento do produto interno bruto
 - Aproveitamento social dos investimentos aplicados na construção das rodovias federais
 - Trazer à tona o valor social da terra
 - Retirar do alcance dos insufladores a massa social insatisfeita e/ou desorientada
 - Tornar mais eficientes os equipamentos e serviços urbanos existentes com diminuição da sobrecarga
 - Diminuir a criminalidade
- Reverter o processo migratório negativo

Preâmbulo Econômico e Social sobre o Brasil atual e sumário relativo aos objetivos do Programa Nacional de Ruralização

É o Brasil um País potencialmente rico e com um futuro econômico e socialmente viável. Contamos com a totalidade de fatores de produção — terra, recursos naturais e mão-de-obra abundantes. Por razões várias, no entanto, que serão abordadas em parte, no correr do presente trabalho, sem a pretensão de abrangê-las em toda a sua extensão, somos um País cada vez mais pobre, tenso e problemático, onde expressivas são as diferenciações e os desequilíbrios econômicos e sociais prevaletentes, quer entre as regiões heterogêneas que formam a Nação brasileira, quer entre as camadas sociais, que formam o contingente humano que povoa as terras do Brasil. Somos um País onde vêm ocorrendo, com frequência alarmante, um sem número de desperdícios, quer em relação a investimentos públicos, quer em relação a investimentos privados.

A onda de desemprego se agrava a cada dia; aumentam, exponencialmente, os preços da totalidade de produtos oferecidos ao consumo, liderados pelos gêneros de

primeira necessidade; as habitações tornam-se inacessíveis, cada dia mais, aos brasileiros, em face de seus altos custos, motivados de um lado pela “especulação imobiliária” e “inadequação” do Sistema Financeiro de Habitação e, de outro, pela perda progressiva do “poder de compra” de nossa população; as atividades econômicas apresentam, a cada dia, taxas maiores de ociosidades; as produções são estocadas, em razão da perda do poder aquisitivo da população; aumenta a onda de especulações fecham-se empresas; crescem as ondas de criminalidade; desaparece, cada vez mais, o respeito humano entre os semelhantes; o povo fica, cada vez mais, pobre; o negativismo se alastra entre o povo em suas diferentes camadas e faixas etárias, por não se vislumbrarem perspectivas de alteração do quadro em que nos encontramos; aumentam crescentemente as tensões sociais; avoluma-se o número de marginais; alastra-se, em seu geral, o descontentamento de todo o povo; prolifera, crescentemente, o número de insufladores e perturbadores da ordem quer de esquerda, quer de direita que, visando objetivos pessoais, ou classistas, de alguns poucos, põem em risco a própria “Paz Social” e até mesmo a “Segurança Nacional”.

É a “Disfunção Econômica e Social” que prevalece. Temos que revertê-la, buscando o estabelecimento da “FUNÇÃO ECONÔMICA SOCIAL”, capaz de combinar os diferentes fatores sociais e econômicos, em favor da Nação e do povo brasileiro.

É necessário que todos aqueles que têm real consciência dos problemas nacionais, nas mais diferentes áreas e nos mais distintos segmentos se irmanizem, oferecendo soluções que possibilitem chegar-se à “Função” desejada.

Não é mais possível postergarem-se as tomadas de posições nos mais diferentes sentidos. A Nação está ameaçada, a ordem social está ameaçada, as classes produtoras estão ameaçadas, o povo está ameaçado. É preciso reagir, apresentando sugestões práticas que, se adotadas, ajudem na busca da “Função” procurada. As sugestões devem, no entanto, convergirem todas a um mesmo objetivo: a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, a volta aos padrões de normalidade social; o afastamento dos especuladores e de todos aqueles que se locupletam com o bem comum; o alijamento dos insufladores; o vislumbramento de reais perspectivas de desenvolvimento do País e de seu povo — eliminando-se desniveis e desequilíbrios existentes e inter-relacionando-se, adequadamente, as diferentes atividades econômicas e sociais, e o restabelecimento de uma verdadeira “Paz Social”.

Sugerimos que seja criado um “Programa Nacional de Ruralização”, apoiado pelas rodovias já existentes, cujo investimento se encontra integralmente realizado, valendo como suporte básico à sua imediata implantação, de vez que a situação nacional está a exigir medidas de pronta execução e de efeitos rápidos.

Planejado, elaborado e redigido de forma simples e objetiva, o “Programa” foi delineado para que os superiores objetivos da Nação tenham prevalência sobre os interesses dos indivíduos, estando voltado, basicamente, para os seguintes fins:

a) propiciar aos Investimentos Públicos realizados na abertura de rodovias, que cortam o Brasil nos mais diversos sentidos, o “Retorno Social” que se objetivou ao idealizá-los, através da “Ocupação Econômica e Programada, sem Investimentos Públicos Adicionais de Expressão” das faixas laterais das rodovias não ocupadas economicamente, com contingentes populacionais saídos dos Grandes Centros Urbanos e que, ao longo das estradas já implantadas, vão encontrar condições naturais já estabelecidas pelos Investimentos Públicos referidos, para virem a se transformar de “Contingentes Humanos Marginalizados” em “Contingentes Conscientes de Ho-

mens Ativos”, voltados às realizações pessoais de seus integrantes e, em consequência, colaborando de forma efetiva com um novo estágio de desenvolvimento econômico e social do País. Paralelamente, os participantes desses “Contingentes” criarão, em definitivo, seus “Espaços Econômicos e Sociais” no universo brasileiro, e o “Retorno Social” dos Investimentos Públicos, na construção de rodovias, tornar-se-á efetivo;

b) facultar aos Investimentos Públicos realizados nos Grandes Centros Urbanos, onde cada vez maiores são as concentrações humanas — efetivadas, quase que, normalmente, de forma não ordenada — a “Capacidade de Suporte”, quanto ao atendimento das necessidades básicas de suas populações. Com a “Reorientação dos Contingentes Marginalizados” às rodovias, os investimentos realizados nas cidades serão capazes de oferecerem, à população remanescente, a “Infra-estrutura Social e Urbana” requerida. Paralelamente, abrir-se-ão novos “Espaços Econômicos e Sociais” aos que permanecerem nos Grandes Centros Urbanos.

Com isso, mudar-se-ão, inclusive, as “Perspectivas de Vida do Homem Ativo Urbano” e potencializar-se-á sua contribuição ao autodesenvolvimento pessoal e ao desenvolvimento de toda a economia brasileira;

c) contribuir, decisivamente, com o homem brasileiro residente nos Grandes Centros Urbanos e nos quais não encontrou, ainda, seu “Espaço Econômico e Social”, vivendo parcialmente, ou mesmo integralmente marginalizado na “Sociedade de Consumo”, para que venha a encontrar novas “Perspectivas de Vida”, ou no “Centro” onde vive após seu esvaziamento pela “Ruralização”, ou em novos locais, aos quais voltar-se-á o “Programa”, onde realísticas e palpáveis sejam as condições para sua transformação em um “Homem Ativo”, capaz de ser integrado ao esforço comum de todos os brasileiros em tornar o Brasil uma Nação desenvolvida, sob os mais diferentes enfoques;

d) Com o “Programa” em curso, os Grandes Centros serão esvaziados. Restarão os contingentes melhor preparados para a ocupação dos “Espaços Econômicos e Sociais” existentes, e os a serem criados. As populações marginalizadas buscarão, naturalmente, suas integrações ao “Programa Nacional de Ruralização”, onde encontrarão o apoio que necessitam para ocuparem os “Espaços Econômicos e Sociais”, que lhes são oferecidos ao longo das rodovias oficiais. Promovendo o “Esvaziamento dos Grandes Centros” e com a, “Ruralização”, deverão cair, de forma natural e substancial, os “índices de criminalidade”, muitas vezes decorrentes de situações fortuitas que emergem de necessidades econômicas e sociais não atendidas. Por outro lado, mesmo sem o esforço dos esquemas públicos de repressão à criminalidade, com o “Esvaziamento” dos Grandes Centros, esses esquemas de repressão passarão a ganhar, gradativamente, a suficiência requerida para que suas atuações se tornem positivas, em favor do ressurgimento de um novo estágio de tranquilidade e segurança nas grandes cidades brasileiras;

e) Com o “esvaziamento” programado dos Grandes Centros Urbanos, haverá uma reorganização dos “Espaços Econômicos e Sociais”. Criar-se-ão novas oportunidades de emprego, e o “Homem Passivo” — matéria prima básica principal manejada pelos “insufladores” — deixará, pouco a pouco, de existir.

Com isso, esses “Insufladores da Paz Social” serão progressivamente alijados ou deslocados, por não terem “massa social insatisfeita” ou “desorientada” a ser insuflada.

i) escolha de “locais do território nacional, às margens das rodovias oficiais, em uma profundidade de 10 km, de ambos os lados das rodovias, para os quais possam vir a ser deslocados contingentes populacionais, na atualidade, marginalizados junto aos Centros Urbanos,

ou que não encontram “espaços econômicos” nas zonas rurais de suas regiões de origem. É importante, no entanto, que somente se destine a esse “Programa”, aquelas faixas não produtivas e que permaneçam ociosas, sejam em mãos dos poderes públicos, ou sejam em mãos de particulares;

II) escolhidos os “locais de interesse”, partir-se-á para a definição dos “módulos rurais” que se apliquem a cada região do País, e aos tamanhos e capacidades produtivas das famílias a serem deslocadas. A definição do tamanho de cada “módulo rural”, será função das seguintes variáveis: tipos de atividades agrícolas que poderão ser desenvolvidas na região; tipos de solo e de clima e nível estimados quanto à sua produtividade unitária, em relação a determinada cultura que seja adequada às condições locais, distâncias aos centros ou aos “pontos de comercialização”, “renda líquida” estimada por hectare, que poderá provir do exercício das atividades agrícolas que se recomendem para o local; “capacidade” de exploração agrícola da área por adulto a ser integrado, medida em hectare;

III) definidos os “módulos rurais”, para cada “local de interesse”, será estabelecido “valor da terra” a ser repassada ao beneficiário do sistema; “montante de recursos” a ser colocado à sua disposição, para construção da “moradia”, aquisição de “implementos”, “animais” e “outros insumos” que se recomendem, conforme o “módulo” e o “local”; verba adicional de 50 ORTNs, que servirá ao beneficiário para o “custeio familiar”, até que ele passe a usufruir os rendimentos de seu trabalho. A “somatória” dos diferentes recursos destacados (valor da terra + custo da construção da moradia + custo de implementos + custo de animais + custo de sementes + custo de outros insumos + verba adicional de 50 ORTNs para custeio) lhe será entregue como parcelas de uma única “operação de financiamento” a lhe ser concedida, por um prazo de 10 anos, com carência mínima de 2 anos, a juros subsidiados, vigentes no setor agrícola.

Há a destacar que a “terra” será vendida como parte integrante da “unidade de produção”, diretamente pelos poderes públicos, e financiada pelo Banco do Brasil S/A;

IV. para cada “Núcleo de Apoio”, conforme o tamanho da “Área de Ruralização”, será destinada uma área de 5 a 10 hectares, guardando-se uma distância, entre um e outro, da ordem de 20 km.

Os “Núcleos de Apoio” servirão para abrigar os centros comerciais e de serviços públicos que, naturalmente, fluirão para os pontos onde foi implantado o “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO”, propiciando-se oportunidades a profissionais liberais que já não encontram facilidade nos grandes centros urbanos, especialmente os recém-formados, e todos aqueles que queiram emprestar um pouco de seus esforços, em prol do desenvolvimento do interior brasileiro.

Tais núcleos deverão ter um desenvolvimento circunstancial, de acordo com o surgimento das necessidades locais e, também, para que sejam evitados investimentos prévios desnecessários.

Sua evolução será em função de investimentos particulares, que neles se estabelecerem, como nascem normalmente as cidades brasileiras;

V. a implantação do “PROGRAMA” não implicará em investimentos públicos adicionais, pois os mesmos já se encontram realizados (as rodovias oficiais).

Bem ao contrário, a infra estrutura existente permitirá que o “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO” seja implementado imediatamente e os investimentos públicos até aqui realizados, nas aberturas de estradas, passem a propiciar um mais adequado “Retorno Social”.

— O financiamento global de uma “Unidade de Produção”, que observa as diretrizes do “PROGRAMA”, trazendo à tona o “valor social da terra”, transformando o “consumidor marginalizado” dos Centros Urbanos em

“produtor”, custará muito menos que o financiamento de uma “unidade habitacional” nos centros urbanos;

— O “PROGRAMA” permitirá que, em espaço recorde de tempo, haja uma “reversão total do processo”, o qual, na atualidade, asfixia os “Centros Urbanos” e, de outro, esvazia as regiões potencialmente produtivas, na atualidade abandonadas, sem “função econômica e social”;

— Na atualidade, o pequeno produtor não tem acesso ao “sistema”, ou tem esse acesso, em muito dificultado. Tem acesso sim, os grandes proprietários que nem sempre aplicam os recursos dos financiamentos obtidos nas atividades de produção, para as quais os mesmos se destinavam, preferindo especular, com esses recursos, no mercado de capitais (aplicações no “open”, no “overnight”, etc.), que lhes oferecem altos rendimentos;

— O “PROGRAMA” adotou as “rodovias” como apoio básico por ser local adequado para iniciar-se a “RURALIZAÇÃO” pois, tudo está pronto, e não haverá necessidade de “grandes esforços de penetração” por parte dos “migrantes que retornam”.

Dentre as vantagens do “PROGRAMA” objetivado, podem ser destacadas: possibilidade de ser implementado de imediato; oferecer soluções definitivas; ser de custo ínfimo, se cotejado com outras medidas que visem aliviar as tensões sociais reinantes, e o seu custo adicional será inferior a um plano de seguro desemprego, caso o governo viesse a adotá-lo, com a desvantagem de que o segurado continuaria desempregado.

Os Altos Investimentos Aplicados em Rodovias

Durante toda a sua história, e principalmente a partir dos anos 50, até o final da década de 80, extensa foi a “Rede Rodoviária” aberta em todo o território brasileiro, cabendo destacar, exemplificativamente, as seguintes: Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Goiânia-Salvador, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Porto Velho-Manáus, Belém-Tucuruí, do Café, Transpantaneira, Transamazônica, São Luiz-Imperatriz-Trombetas (em fase de implantação).

O investimento que todo o povo brasileiro pagou, e está pagando por ele, ao invés de servir no sentido social e econômico pioneiro, para o qual foram implantadas, vieram a servir aos interesses de alguns poucos, criando latifúndios ao longo de suas extensões, e o pior, ainda, latifúndios não produtivos que têm se destinado, basicamente, à “especulação imobiliária” de monta que, exponencialmente, mais de forma fictícia, se valorizam, tornando as suas “laterais” cada vez mais inacessíveis ao “homem comum brasileiro” que delas poderia, por certo, usufruir, criando ao longo das mesmas seu “Espaço Econômico” com reflexos positivos para o País.

Só Ampliar os Investimentos Urbanos não é a Solução

As “correntes migratórias às avessas” vieram a colaborar, desastrosamente, para que, em pouco tempo, os “Investimentos Sociais” realizados nos “Grandes Centros Urbanos” viessem a se mostrar inadequados para o atendimento de suas populações.

Por maiores que sejam os recursos postos a serviço desses “Investimentos”, dificilmente os mesmos poderão atender, dinamicamente e regularmente, as necessidades sociais, em virtude do excedente humano ocioso dos grandes centros.

Para tal, é necessário que se limite o crescimento do excedente humano ocioso nos “Grandes Centros Urbanos”.

O “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO”, devidamente detalhado em suas bases e propósitos, poderá ser o meio para atingir o equilíbrio entre “Investimentos Sociais” e “Necessidades Sociais”.

Além disso, há a considerar que os contingentes humanos que se deslocaram das regiões interioranas do País, são formados, basicamente, por pessoas oriundas do “Setor Agrícola” que, dado o insucesso, não retorna-

ram por falta de um programa governamental com tal objetivo.

Solução aos Problemas — O “Programa Nacional de Ruralização”

Como se vê, enormes são os males causados aos “homens”, à Nação, à Segurança Nacional, e mesmo à “Paz Social”, em decorrência dos aludidos problemas, em face da “DISFUNÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL” gerada pelas “migrações às avessas”.

É necessária uma solução urgente, prática e objetiva e essa solução poderá ser consubstanciada, sob a forma de um “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO”; que dentre outras terá condições de impedir a intensidade com que proliferam as favelas junto aos grandes centros.

Nota:

A escolha das “Faixas Laterais das Rodovias”, para abrigar o “PROGRAMA”, trará ao “homem a ser fixado”, as seguintes vantagens cumulativas:

- fácil acesso aos meios de transporte;
- facilidade para escoamento coletivo de suas produções;
- facilidade para buscar os bens e serviços por ele demandados;
- o “não isolamento” do homem em relação ao mundo exterior;
- sistema regular de transporte de passageiro e de carga.

Para o sucesso do “PROGRAMA”, a escolha foi feita por serem as “Laterais das Rodovias” os locais mais adequados para o pronto e efetivo deslanche de “RURALIZAÇÃO” — únicos locais que permitem tal implantação imediata, com acesso assegurado para sua implementação e desenvolvimento.

Os grandes proprietários rurais impescindem de localizarem seus empreendimentos às margens das estradas, pois contam com recursos para construir e manterem “estradas de penetração”, dispondo também de equipamentos de comunicação e transporte.

Sugere-se um “Programa de Ocupação” das faixas laterais dessas rodovias de penetração, com profundidade da ordem de até 10 km, em ambos os seus lados, em uma primeira etapa, quando essas terras não estiverem sendo exploradas economicamente, com a devida desapropriação, quando não pertencentes ao Governo.

Os profissionais liberais que se disponham a trabalhar junto aos núcleos a serem criados, de forma natural, também poderão ser apoiados por financiamento oficiais. Com isso, muitos profissionais liberais que já não encontram facilidades nos “Grandes Centros Urbanos”, especialmente os recém-formados, ou que queiram emprestar um pouco de seus esforços em prol do desenvolvimento do interior brasileiro, poderão ter suas atividades interioranas em favor de um crescimento equilibrado e harmônico do País;

Com os recursos da venda das áreas embora financiadas aos “migrantes”, o BANCO DO BRASIL S/A. contará com os meios requeridos para o pagamento das desapropriações — quando essas se tornarem requeridas.

Os investimentos adicionais requeridos pelo “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO” mostram-se insignificantes, em face da sua magnitude e ao seu “alcance social”. Muito mais insignificantes se mostrariam, se cotejados com os altos investimentos sociais requeridos, para assistir nos “Centros Urbanos” os contingentes a o serem pelo “PROGRAMA”, reorientados ao interior.

Sabemos, de antemão, que o PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO poderá descontentar aqueles que têm o privilégio de se situarem nas mencionadas faixas laterais das rodovias, sem a efetiva exploração econômica de suas terras, apesar de que deverão ser desapropriadas regularmente, respeitados os seus direitos e interesses. É óbvio, no entanto, que não existe plano, no mundo, capaz de satisfazer unanimemente. O que resta

saber é se satisfaz aos interesses nacionais, que devem prevalecer sobre os individuais.

Mais uma vez, cabe ressaltar que os investimentos públicos, para se levar à frente o “PROGRAMA NACIONAL DE RURALIZAÇÃO” serão ínfimos, se comparados com aqueles que se requereriam, nas grandes cidades, em equipamentos urbanos para abrigar, adequadamente, os contingentes humanos que se marginalizam e que asfixiam os grandes centros e que, com o “PROGRAMA”, serão reorientados ao interior.

O “PROGRAMA” proposto tem como meta dar solução aos problemas, sem ter que enfrentar o altíssimo e imprevisível custo para implementar um plano que propicie empregos suficientes, para neutralizar as tensões sociais existentes.

Há que destacar, no final, que o “PROGRAMA” em apreço, permite imediata implantação, o que vem atender às contingências atuais em que se encontra o País. — Adelino Boralli, autor.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dejo falar, neste instante, em defesa da minha Casa e das minhas atribuições como representante do povo no Congresso Nacional.

Há algum tempo, Sr. Presidente, nota-se que, sob o pretexto de livrar os Deputados das legítimas pressões populares, sindicais, políticas, regionais e locais, a Mesa que V. Ex.^a preside, se não agir com extrema cautela, irá submetê-los a pressões mais fortes e ilegítimas.

Quero crer, Sr. Presidente, que a Mesa do Senado Federal que preside este Congresso, há de ver, sempre com bons olhos, democrata que é, as legítimas pressões que a sociedade tem direito de fazer sobre os membros do Congresso Nacional. Nossa autoridade emana de um mandato popular e creio que, em qualquer circunstância, o mandante tem força sobre o mandatário, o mandatário é obrigado, imperativamente, à vontade do mandante, por força do instrumento procuratório que lhe foi outorgado nas urnas.

Creio que honram este Congresso, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, suas galerias cheias, repletas com líderes sindicais, com prefeitos, com vereadores, com próceres políticos, com estudantes, com diretores e membros das sociedades intermediárias, procurando pressionar os representantes do povo no sentido de sua vontade, de sua vocação e de suas pretensões.

Assim sendo, Sr. Presidente, espero que as providências da Mesa, tendo em vista a ordem na Casa e a segurança dos Parlamentares, sejam absolutamente legítimas, dentro da lei, mas, sobretudo, dentro do espírito democrático que deve ter a Mesa Diretora deste Parlamento.

No entanto, Sr. Presidente, em razão do policiamento ostensivo ontem existente aqui, às portas do Congresso, à guisa de homenagear os Reis da Suécia, que nos deram à honra de sua visita, em face de conciliábulos que têm ocorrido na Casa, em face da ameaça de providências muito severas a serem tomadas pela Mesa, em face de ofícios militares que tem recebido a Diretoria Geral do Senado, quando provoca a presença dos Dragões da Independência para homenagear os Reis da Suécia, em face de conversas que se ouvem neste Parlamento, é de se temer, Sr. Presidente, à guisa de livrar os Parlamentares de pressões legítimas, que nos submetam impiedosamente a pressões ilegítimas, militares, a exemplo do que tem ocorrido, nos últimos vinte anos, nesta Casa congressional.

Daqui a pouco, Sr. Presidente, estaremos aqui a votar, no dia 25 de abril, ao som de Mirages, fazendo evoluções sobre o teto do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, cercada de militares.

Assim, Sr. Presidente, em defesa de minha liberdade e da dignidade de minhas funções de mandatário popular, em defesa da minha Casa, do Congresso Nacional, a que tenho a honra de pertencer, quero, em primeiro lugar, protestar contra o exagero de providências que vêm sendo tomadas com relação à defesa da integridade e da liberdade dos Congressistas. Em segundo lugar, apelar, como Deputado, a V. Exª, Presidente democrata desta Casa, eleito democraticamente por seus companheiros do Senado Federal, com votos do seu e do meu Partido, com votos pluripartidários, para que seja defendida a ordem na Casa, seja defendida a integridade dos Parlamentares, seja defendida sua liberdade de expressão e de voto, dentro da lei, dentro do melhor espírito democrático que é o que V. Exª tem, defendendo as prerrogativas, a liberdade e a dignidade desta Casa.

Neste sentido, Sr. Presidente, o meu protesto e o meu apelo. Como companheiro e admirador de V. Exª, a minha certeza de que, sob a égide de V. Exª, não acontecerá nova humilhação ao Congresso Nacional, e estaremos aqui, altaneiramente submetidos às pressões legítimas a que tem direito o povo, porque somos os seus mandatários e ele é o nosso soberano mandante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, o Congresso Nacional, mais uma vez, se reúne para discutir e analisar matérias da mais alta relevância, para o aprimoramento da vida política e institucional do País.

O nosso Partido, o PMDB, defende eleições diretas em todos os níveis, vem defendendo a necessidade premente de se restabelecer essas eleições o mais urgente possível.

Hoje, o Congresso Nacional se reúne para analisar algumas emendas à Constituição, que buscam o mesmo objetivo, qual seja o de restabelecer eleições diretas para as capitais brasileiras, restabelecer eleições diretas para as cidades consideradas de interesse da Segurança Nacional e, para as cidades consideradas estâncias hidrominerais.

Nós, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, temos claramente posição definida a esse respeito. Esta matéria faz parte do programa do PMDB, e nós que sempre defendemos o restabelecimento dessas eleições, conjuntamente, também a autonomia política do Distrito Federal, não podíamos nos ausentar nesta noite. É por esta razão que aqui estamos para manifestar nossa posição favorável à aprovação dessas emendas.

Tem sido freqüente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aqui nesta Casa, afirmações de Deputado do PDS, quando nós do PMDB e Parlamentares dos demais Partidos de Oposição, defendemos o restabelecimento das eleições diretas, para já, para a Presidência da República, de que o PMDB teria deixado de votar favoravelmente o restabelecimento das eleições para as capitais, em sessão anterior.

É por esta razão, Sr. Presidente, que queremos deixar bem clara a nossa posição: o PMDB em momento algum deixou de votar favoravelmente a emenda que restabeleça eleições diretas para as capitais, como não deixará também, aqui, nesta hora, de se posicionar favoravelmente ao restabelecimento de eleições para as capitais, para as das estâncias hidrominerais e para as áreas de segurança nacional, bem como votar a favor da autonomia do Distrito Federal.

Nós, particularmente, que somos Parlamentares do Paraná, Estado onde muitos e muitos municípios foram considerados como de interesse da segurança nacional, também já apresentamos emenda à Constituição, de projeto de lei restabelecendo a autonomia desses municípios.

Quero, Sr. Presidente, para concluir, dizer que queremos eleições diretas, já, para a Presidência da República, queremos eleições diretas, já, para as prefeituras das capitais, queremos eleições diretas, já, para todos aqueles municípios onde o povo brasileiro não tem tido o direito de escolher livremente seus governantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nesta tarde, o Comitê Suprapartidário integrado pelos Partidos Políticos, pelos que integram o grupo pró-diretas, integrados pelos diversos segmentos da sociedade civil, adotou uma decisão da maior importância. Decidiu que o princípio das eleições diretas já é irrenunciável, é inegociável. Esta foi a decisão que os jornais estamparão amanhã, que o Comitê Suprapartidário do Movimento Pró-Eleições Diretas acabou de decidir esta tarde. É uma decisão da maior importância, porque as cúpulas partidárias, as cúpulas dos segmentos da sociedade civil, tomaram uma decisão que é coerente com a vontade popular, tomaram uma decisão que confere com o anseio nacional, tomaram uma decisão que equivale ao desejo que o povo brasileiro tem demonstrado nas praças públicas.

O povo não quer eleições diretas para depois de amanhã, para o ano que vem, para daqui a um, dois ou três anos! O povo quer eleições diretas já, porque não suporta mais, não aguenta mais os sacrifícios que lhe estão sendo impostos pela política econômica e financeira do Governo.

Nós estamos nesta tribuna, Sr. Presidente, para aplaudir a decisão do Comitê Suprapartidário, que coloca a questão das eleições diretas em coerência com a vontade popular, que não vai fazer uma costura por cima, que não vai fazer um pacto de elite, mas que vai, sensível à voz do povo, estabelecer, como premissa, nas negociações que porventura se ferirem, que as Oposições e os segmentos da sociedade civil não aceitam eleições diretas se não forem para serem restabelecidas na forma proposta pelo Deputado Dante de Oliveira.

Esta a decisão grave, séria, histórica, que tomou nesta tarde o grupo que integra os diversos Partidos, os diversos segmentos da sociedade brasileira.

As Oposições vão negociar os segmentos sociais, a OAB, a ABI, a CNBB, os sindicatos, poderão negociar, sim, mas irão sentar à mesa, sob este pressuposto: eleições diretas já, depois negociaremos o resto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Amadeu Geara.

O SR. AMADEU GEARA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional, preparado para, mais uma vez, discutir e votar, hoje, duas emendas constitucionais que pretendem devolver a autonomia das capitais e criar a representação política do Distrito Federal, deve talvez, como preliminar, refletir sobre alguns assuntos que, hoje, são muito atuais.

A partir da Emenda nº 1, de 1969, a Nação e, especificamente o Congresso, passou a reivindicar com muita ênfase a devolução de prerrogativas que lhe foram tomadas

O que causa espécie, Sr. Presidente, o que causa espanto à Nação, hoje, é que o próprio Congresso Nacional não tem sabido fazer valer suas atribuições, se bem que ainda limitadas, é claro, porque esta Casa continua atrelada às ordens do Poder Executivo, porque esta Casa

tem deixado passar sistematicamente ocasiões de se encontrar com a Nação e representar a vontade do povo, votando matérias cuja autoria são da competência também dos congressistas.

No passado, este Congresso Nacional deixou de aprovar emenda constitucional de um representante do Partido da Situação, o Deputado Edison Lobão, emenda que devolve o poder aos eleitores dos Estados de eleger livremente seu governador

Foi rejeitada a Emenda Lobão, porque o partido majoritário esperava que o Planalto falasse e enviasse para cá, ele sim, legislando em nome do Congresso Nacional, enviasse sua emenda, para então haver a aprovação por parte daqueles que dão sustentação ao regime político que aí está.

Agora, mais uma vez, quando temos aqui duas propostas, uma delas do Senador Mário Maia e outra do Deputado Federal Maurício Fruct, hoje honrando o PMDB com um trabalho dos mais brilhantes da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Ao que parece, Sr. Presidente, mais uma vez, a Bancada do PDS, seus Senadores e Deputados, em grande maioria, estarão ausentes para negar o necessário quórum, mais uma vez abrindo mão dos direitos que tem esta Casa de legislar em cima de matérias oriundas da iniciativa de seus próprios membros, para esperar que as mensagens governamentais cheguem a esta Casa, inclusive agora, devolvendo, também, além das prerrogativas do Congresso Nacional, o direito de eleger, num futuro ainda remoto, o Presidente da República, e num futuro mais próximo os prefeitos das capitais.

Então perguntamos, para que quer o Congresso Nacional as suas prerrogativas, se não faz uso, hoje, do instrumental que está à sua disposição? Nesse sentido maior, é preciso que o Congresso reflita. Não adianta termos devolvidas as prerrogativas se delas não fazemos uso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É com extrema preocupação que vemos chegar o dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, que propõe o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, preocupando no sentido de que possa esta Casa exercer a plenitude de sua soberania, sem pressões. E quando digo sem pressões, digo no sentido ilegítimo dessa pressão. Ilegítimo porque as pressões devem ser exercidas por quem de direito, dentro do quadro institucional.

No caso de ilegítimas pressões, Sr. Presidente, refiro-me às reiteradas afirmações do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, quando, ainda durante esta semana, ao receber integrantes do comando de mobilização da marcha sobre Brasília, teceu algumas considerações preocupantes, no sentido de que possa Brasília estar sob o estado de emergência quando da votação da Emenda Dante de Oliveira. E aliada a esta postura do Ministro da Justiça, vê-se, ainda freqüentemente, no pronunciamento do Ministro do Exército General Walter Pires, na Ordem do Dia do dia 31 de março, uma verdadeira ameaça àqueles que professam a defesa das eleições diretas para a Presidência da República.

E vai-se somando isso, Sr. Presidente, à posição radical que tem assumido o Governo com relação à Emenda Dante de Oliveira, e estão postos todos os condimentos para uma verdadeira crise que possa levar esta Nação a um retrocesso. E V. Exª, que terá a responsabilidade de conduzir a sessão do dia 25, experiente que já é de outras sessões, de outras jornadas do Congresso Nacional, com votações de magna importância também, tenho certeza de que saberá discernir aquilo que são pressões legítimas

e aquilo que são mais do que pressões ilegítimas, ameaças à soberania desta Casa.

Tenho certeza de que falará mais alto a V. Exª o Regimento desta Casa, a Constituição Federal, do que a ordem do dia de alguns generais, ou a vontade do Ministro da Justiça. Falará mais alto a vontade do povo, a consciência de V. Exª

Muito obrigado (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Mais uma tentativa para se restabelecer, na sua plenitude, a autonomia política dos municípios e, simultaneamente, com isto instituir, também, a representação política do Distrito Federal

O PMDB tem compromissos irredutíveis com a defesa dessas duas modificações. Elas atendem a inobscurecíveis e legítimas aspirações populares. No que concerne à autonomia dos municípios, mutilada de várias maneiras, essa luta vem de longe e procura, no momento propício, resgatar a dívida cívica contraída com essas populações que se viram, por força do arbítrio, despojadas do elementar direito de escolher quem deva ser o gestor dos negócios municipais.

O PMDB tem sustentado exaustivamente a inexistência de qualquer incompatibilidade entre o voto e a segurança nacional. Ainda recordo de ter aproveitado lições de pregações políticas e cívicas, feitas desta tribuna por um ilustre contrerrânico meu que, a seu tempo, Deputado Federal, exerceu inclusive a Liderança da Bancada do MDB, o Deputado Aldo Fagundes que, reiteradamente, afirmou essa incompatibilidade. Hoje não há mais ninguém de bom senso que sustente essa discriminação. É inconcebível, portanto, que ela perdure por mais tempo, ainda mais quando a Nação, levantada na campanha em prol das eleições diretas para a Presidência da República, dá uma demonstração grandiloquente de seu amadurecimento cívico e de sua límpida vontade de recuperar, na íntegra, os direitos da cidadania.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não há mais como contemporizar com estas lesões à autonomia política dos municípios e tampouco com a permanência dessa situação singular, esdrúxula e insustentável, na ausência de representação política para o Distrito Federal.

Este é o momento propício de transformar em realidades concretas essas reivindicações, mediante aprovação das emendas que consagram estes objetivos.

Particularmente, no entanto, reportando-me às duas emendas que irão ser submetidas à discussão, dentro em breve, devo consignar que a Emenda nº 15, de autoria do eminente Senador Mário Maia, ao dispor sobre o restabelecimento pleno da autonomia municipal, tanto nas capitais, nas áreas de segurança, quanto nas estâncias hidrominerais, institui a representação política do Distrito Federal, mas não estabelece, desde logo, a data das primeiras eleições; defende este encargo ao Congresso Nacional. Seria de todo conveniente, Sr. Presidente que desde logo se marcasse a data das eleições, instituída a representação política do Distrito Federal simultaneamente com esta instituição, fosse fixada, na mesma emenda constitucional, a data das eleições para a representação política do Distrito Federal.

Essa é uma objeção que faço à Emenda de nº 15.

Já a Emenda de nº 16, de autoria do eminente Deputado Maurício Fruct, ao dar nova redação para o art. 211, da Constituição, estabelece:

“Art. 211. As eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito nos municípios das capitais, das estâncias hidrominerais e dos que foram declarados de interesse da segurança nacional, assim como no

Distrito Federal, para composição da Assembléia Legislativa e escolha de seus representantes no Congresso Nacional, realizar-se-ão simultaneamente com as primeiras eleições gerais que se efetivarem após a promulgação desta Emenda.”

Ora, Sr. Presidente, e Srs. Congressistas, as primeiras eleições gerais a se efetivarem, após a aprovação desta Emenda, estão marcadas para 1986 e não é admissível que venhamos a adotar uma decisão política de tamanha repercussão, deferindo a data da realização das eleições para o longínquo ano de 1986.

Esta eleição deve ser marcada imediatamente, vale dizer, no dia 15 de novembro de 1984.

São as observações que faço a propósito das duas emendas, para salientar que, a meu juízo, melhor convém ainda o que preconiza o ex-Senador Mauro Benevides, através de sua emenda, fixando as eleições para 15 de novembro de 1984. Mas para isso, no entanto, há necessidade de providências regimentais que precisam ser adotadas incontinenti, para aproveitar a excelente ocasião de se aprovar ambas as modificações, contemplando-se com isso, definitiva e integralmente, as reivindicações políticas que são feitas pelo Distrito Federal e por todos os municípios que permanecem, hoje, sujeitos a esta discriminação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas:

O art. 31 do Regimento Comum diz:

“A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis.”

Como existem 17 Sr. Congressistas inscritos para discutir o Item nº 1 da pauta de hoje e 21 Srs. Congressistas inscritos para discutir o Item nº 2 da pauta, esta Presidência vai passar à Ordem do Dia.

O Sr. Armando Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Pinheiro, para uma questão de ordem.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PDS — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tendo em vista que a Ordem do Dia de hoje é constituída de duas propostas de Emendas à Constituição, as de nºs 15 e 16, ambas tratando do restabelecimento de eleições de prefeitos nas capitais dos Estados, e considerando, Sr. Presidente, que tramitam nesta Casa duas outras propostas de emenda, uma de autoria do ex-Senador Mauro Benevides, a qual está anexada uma Emenda de nossa autoria, de nº 1º de 1984, e considerando também, Sr. Presidente, que o art. 282 do Regimento do Senado estabelece que as propostas de assunto correlatos devem ter tramitação também anexada e simultânea, eu consulto a V. Exª se há razões regimentais que justifiquem a não anexação do projeto chamado Mauro Benevides e do projeto chamado Armando Pinheiro às emendas ora em discussão nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai decidir a questão de ordem de V. Exª

A proposta de Emenda nº 1, de 1983, cujo primeiro signatário é V. Exª Deputado Armando Pinheiro, tramita em conjunto com a proposta de emenda nº 63, de 1982, cujo primeiro signatário é o ex-Senador Mauro Benevides. Essas propostas figuraram em Ordem do Dia de 4 sessões conjuntas, tiveram suas discussões encerradas e a votação adiada por falta de *quorum* para deliberação.

As propostas de Emenda nºs 15 e 16, de 1983, figuram em Ordem do Dia pela primeira vez e, hoje, estão em

fase de discussão. Quando essas propostas estiverem em fase de votação, a Presidência examinará a possibilidade de as incluir na Ordem do Dia juntamente com as propostas de Emenda a Constituição nº 63, de 1982, e a nº 1, de 1983

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, que falará como Líder.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Acredito que S. Exª tenha dado aquela solução que o Plenário todo espera que — essas emendas sejam votadas juntamente com aquela cujo primeiro signatário é o ilustre ex-Senador Mauro Benevides e que traduz um pensamento generalizado do povo brasileiro. A decisão de V. Exª está de acordo com esse pensamento.

Mas, neste momento, ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para manifestar, mais uma vez, a minha confiança de que o Congresso brasileiro assegurará, a mais de um milhão de habitantes do Distrito Federal, o direito de ter sua representação política.

Sou representante do Estado do Rio de Janeiro, onde existiu uma Câmara de Vereadores, uma representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. E, apesar disso, era a capital da República.

Brasília foi criada na esperança de ser apenas uma cidade de funcionários públicos, e, por isso mesmo, se procurou imitar a situação que ocorre em Washington. Mas, Sr. Presidente, aqui é pior ainda, porque até hoje os eleitores de Brasília só têm o direito de colocar seu Título de Eleitor na parede, como uma recordação, porque nunca lhes foi dado o direito de votar, ao contrário do que acontece na cidade de Washington, onde eles podem votar para Presidente e Vice-Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, estou certo de que interpreto o pensamento do meu Partido e, com certeza, o pensamento da grande maioria do povo brasileiro, ao manifestar a opinião favorável à aprovação de uma emenda que assegure ao Distrito Federal o direito de representação no Senado, na Câmara e na sua Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à continuação da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 1983, que devolve à Justiça comum a competência para processar e julgar os integrantes das polícias militares e corpo de bombeiros pela prática de crimes de natureza civil

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à Ordem do Dia

Item 1

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1983, que revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal, tendo

Parecer, sob nº 95, de 1983-CN, da Comissão Mista, pela aprovação, em parte, da proposta, e pela prejudicialidade da de nº 16, de 1983, que com ela tramita, vencidos os Senhores Senadores Jorge Kalume, José Lins e Itamar Franco.

Em discussão

O Sr. Freitas Nobre (PMDB — SP) — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Nobre, pela ordem.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos com duas emendas em discussão, a de nº 15 e a de nº 16. Quando a de nº 16 foi apresentada estávamos ainda longe da esperança das eleições diretas. É por isso que a emenda previa as eleições para os prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e de segurança, simultaneamente com as primeiras eleições gerais, que se efetivassem após a promulgação da emenda. Ora, alterou-se o quadro. A ocasião da emenda era uma, hoje é outra.

Entendemos que o Distrito Federal está contemplado tanto na Emenda nº 15 quanto na Emenda nº 16. O ideal para nós será a junção dessas duas emendas às Emendas do ex-Senador Mauro Benevides e do Deputado Armando Pinheiro, que tratam das eleições nas capitais e que, por conexão, justificariam que essas estivessem no mesmo dia, na mesma pauta, para que fossem examinadas. (Palmas.) Na ocasião, Sr. Presidente, teríamos condições de destacar, de uma das emendas, o artigo que cuida da autonomia do Distrito Federal, que nós defendemos. De outro lado, poderíamos aprovar a Emenda Mauro Benevides, que restitui às capitais o direito de escolher seu prefeito e seu vice-prefeito. Daí porque, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo, antes da questão de ordem apresentada a V. Exª, um apelo aos companheiros que estão inscritos para discutir as emendas. O apelo seria no sentido de que todos desistissem da discussão, para que pudéssemos, encerrando a discussão, ter condições regimentais de pedir a junção das duas emendas na mesma pauta, para que elas ficassem colocadas assim. (Palmas.)

Solicito a V. Exª que consulte a Liderança do PDS, já que os demais Partidos de Oposição concordaram com essa questão. E se a Liderança do PDS concordar com esse encerramento da discussão, desistiremos das inscrições que estão no livro, para que V. Exª possa colocar na mesma data as duas emendas conexas às emendas Mauro Benevides e Armando Pinheiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AYRTON SOARES (PT — SP. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A propósito desta decisão de V. Exª, que acolheu a questão de ordem do Deputado Freitas Nobre, teríamos a considerar uma outra emenda em andamento que diz respeito às eleições diretas para Prefeitos, que trata da questão das capitais. Trata-se de uma emenda do Depu-

tado Eduardo Matarazzo Suplicy, que fala dos dois turnos da votação. No caso de a Mesa entender pertinente, fosse também anexada a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa consulta à nobre Liderança do PDS se há algum inconveniente com relação ao requerimento do nobre Deputado Freitas Nobre, Líder do PMDB.

O Sr. Nilson Gibson (PMDB — PE) — Sr. Presidente, apenas discordando da terminologia de junção ou anexação. Nós concordamos, evidentemente, que conste na Ordem do Dia, discriminadamente nos itens, para que possa futuramente ser votada, concordando evidentemente com o encerramento da discussão. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai esclarecer ao nobre Líder do PMDB que já decidiu seu requerimento, sua questão de ordem, quando resolveu a questão de ordem do nobre Deputado Armando Pinheiro. A Mesa entrará em entendimento com as Lideranças, para marcar o dia e fazer a junção das quatro emendas. (Palmas.)

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, junção para constar...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Inclusão em Ordem do Dia, das quatro matérias de uma vez. Serão todas elas observadas no mesmo dia.

O Sr. Ayrton Soares — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Deputado Ayrton Soares.

O SR. AYRTON SOARES (PT — SP. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A propósito desta decisão de V. Exª, que acolheu a questão de ordem do Deputado Freitas Nobre, teríamos a considerar uma outra emenda em andamento que diz respeito às eleições diretas para Prefeitos, que trata da questão das capitais. Trata-se de uma emenda do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, que fala dos dois turnos da votação.

No caso de a Mesa entender pertinente, fosse também anexada a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai examinar, pois não tenho dados para saber se a discussão já foi encerrada. Depois de examinada a questão, a Mesa levará em consideração o requerimento de V. Exª. Em discussão. (Pausa.)

Não há oradores inscritos. Nos termos da declaração das Lideranças, está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — **Item 2:**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1983, que restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª vai anexar outras emendas, não por falta de **quorum**, mas por acordo das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nós vamos colocar todas numa pauta só, na Ordem do Dia.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não é por falta de **quorum**, mas por acordo das Lideranças que V. Exª vai marcar uma outra data oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa retifica. De acordo com as Lideranças e tendo os Srs. Parlamentares desistido das inscrições para discutir as matérias, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.*)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00